



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**

**PROCESSO Nº.: 2026.7.000008**

**OBJETO:** Contratação de serviços continuados de computação em nuvem para atender as necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região/DF.

**DESPACHO Nº.: 00000329-N/2026**

**DATA:** 24/04/2026

**DESPACHO DO PRESIDENTE**

Trata-se de processo licitatório para contratação de serviços continuados de computação em nuvem, no âmbito do qual a Unidade de Licitações e Contratos – ULIC emitiu a Certidão de Saneamento e Adequação do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência nº 525/2026, certificando que foram realizadas as devidas adequações ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Termo de Referência (TR), em atenção às recomendações constantes no Parecer Jurídico exarado nos autos.

Conforme atestado pela Unidade de Licitações e Contratos - ULIC, as alterações contemplaram, entre outros aspectos: a complementação do ETP com análise comparativa entre nuvem pública, híbrida e privada; a assinatura da Nota Técnica retificada pelo integrante técnico da Equipe de Planejamento da Contratação – EPC; a ratificação do mapa de gerenciamento de riscos; a retificação integral da numeração e das remissões internas do TR; e os ajustes necessários à conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, isonomia e do planejamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Devidamente saneada a instrução processual e aptos os documentos técnicos a subsidiar a continuidade do certame.

Diante do exposto, AUTORIZO o prosseguimento do certame, com a publicação do instrumento convocatório e a designação de data para realização da respectiva sessão pública, na forma da legislação vigente.

Encaminhe-se à ULIC para as providências cabíveis.

SOLON AMARAL DE  
SOUZA:8340225073  
0  
Assinado de forma digital por SOLON  
AMARAL DE SOUZA:83402250730  
Dados: 2026.04.24 16:32:25 -03'00'  
Solon Amaral de Souza  
Presidente  
CRECI/DF

# PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(926372)

## OBJETO

Registro de preços para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI/DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 552.518,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e dezoito reais)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇO .....	10
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	11
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	12
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	12
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	15
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	16
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	20
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	23
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	25
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	26
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	26
13. DOS RECURSOS .....	27
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	27
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	30
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30



**CONSELHO DE CORRETORES DE IMÓVEIS 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**UNIDADE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO INTERNO Nº 2026.7.000008**

Torna-se público que o(a) Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8º Região/DF, por meio da pregoeira designada pela Portaria nº 55/2026, de 24 de março de 2026, atendendo a determinação da Diretoria do CRECI/DF e, conforme autorização da Presidência, sediado(a) Setor de Diversões Sul, bloco A, Nº 44, Edifício Boulevard Center, sala 401/424, bairro: Asa Sul, cidade: Brasília/DF. CEP: 70.391-900, realizará pregão, na forma ELETRÔNICA por registro de preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação - Registro de preços para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI/DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais. , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único lote, conforme tabela a seguir:

LOTE ÚNICO									
Item	Catser	Categoria	Descrição	Consumo	QTD mês	QTD anual	Valor unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor total (R\$)
<b>SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA</b>									
1	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível básico (Por Hora)	SOB DEMANDA	5	60	R\$ 410,00	R\$2.050,00	R\$24.600,00
2	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50	R\$9.900,00
3	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível avançado (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50	R\$9.900,00
4	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50	R\$9.900,00
5	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24	R\$765,00	R\$1530,00	R\$18.360,00
6	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada –	SOB DEMANDA	2	24	R\$765,00	R\$1530,00	R\$18.360,00

			escopo ampliado (1h)						
<b>INFRAESTRUTURA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM</b>									
7	27081	Computação em Nuvem	<p>Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais</p> <p>01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</p> <p>50 vCPUs;</p> <p>200 GB de memória RAM; 10 TB de espaço em disco SSD;</p> <p>10 IPs válidos;</p> <p>Proteção antivírus ativa;</p> <p>Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida;</p> <p>Link dedicado mínimo 100 Mbps.</p> <p>Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida;</p> <p>Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação;</p> <p>Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores;</p> <p>JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação;</p> <p>LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade;</p> <p>KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</p>	MENSAL	1	12	R\$645,83	R\$7.750,00	R\$93.000,00

8	27081	Computação em Nuvem	Memória RAM adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	SOB DEMANDA	200	2.400	R\$9,25	R\$1850,00	R\$22.200,00
9	27081	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600	R\$31,72	R\$1.586,00	R\$19.032,00
10	27081	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480	R\$387,50	R\$15.500,00	R\$186.000,00
11	27081	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120	R\$28,75	R\$287,50	R\$3.450,00
12	27081	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12	R\$204,17	R\$2.450,00	R\$29.400,00
<b>LICENCIAMENTO, PAINEL E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>									
13	27081	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12	R\$132,54	R\$1.590,50	R\$19.086,00
14	27081	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600	R\$15,60	R\$780,00	R\$9.360,00
15	27081	Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou equivalente) + plugins	Contratação de plugins, módulos, ferramentas e melhorias técnicas para monitoramento, otimização, segurança e gestão do ambiente VPS e aplicações web, incluindo monitoramento em tempo real de armazenamento, desempenho, disponibilidade e uso de recursos, baseados em Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação.	SOB DEMANDA	1	12	R\$50,00	R\$600,00	R\$7.200,00
<b>IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO</b>									
			Serviços especializados de implantação de ambiente de computação em nuvem, compreendendo		1	1	R\$6.041,67	R\$72.500,00	

16	27081	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida, testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.	PAGAMENTO ÚNICO					R\$72.500,00
<b>Valor total estimado: R\$552.518,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e dezoito reais)</b>									

<b>01. ITEM 01- "S1"</b>	<p>a. Suporte remoto de 1º nível, compreendendo consultas assistidas, orientações técnicas, manutenções de rotina, ajustes simples, configurações programadas e esclarecimento de dúvidas operacionais.</p> <p>b. Atendimento destinado a usuários e administradores para uso adequado dos serviços contratados.</p> <p>c. Baixo impacto/planejado.</p> <p>d. Até 2 dias úteis para resposta.</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <p>f. Este item é essencial para garantir a continuidade operacional diária, absorvendo demandas recorrentes e de baixa complexidade, evitando que incidentes simples evoluam para indisponibilidades maiores.</p> <p>g. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas de rotina;</li> <li>• Ausência de impacto crítico nos serviços;</li> <li>• Não há risco imediato à integridade dos dados.</li> </ul>
<b>02. ITEM 02- "S2"</b>	<p>a. Suporte remoto de 2º nível, com diagnóstico de falhas funcionais, correções de configuração, manutenção programada e ajustes de ambiente.</p> <p>b. Atendimento a incidentes que impactam parcialmente serviços ou recursos.</p> <p>c. Impacto moderado</p> <p>d. Até 8h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessário para restaurar rapidamente funcionalidades degradadas e garantir níveis aceitáveis de serviço, evitando impacto prolongado aos sistemas institucionais.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Perda parcial de funcionalidade;</li> <li>•Não há perda iminente de dados;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessidade de ação técnica emergencial moderada.</li> </ul>
<b>03. ITEM 03- "S3"</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Suporte remoto avançado para diagnóstico aprofundado de falhas complexas, ajustes avançados de configuração e intervenção em serviços críticos.</li> <li>Atuação em incidentes que afetam significativamente processos de negócio.</li> <li>Impacto alto</li> <li>Até 4h para resposta</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Garante capacidade de resposta a falhas que impactam diretamente os sistemas finalísticos, reduzindo riscos de paralisação institucional.</li> </ul> </li> <li>Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Processos do negócio significativamente afetados;</li> <li>•Risco potencial à integridade dos dados;</li> <li>•Necessidade de solução técnica imediata.</li> </ul> </li> </ol>
<b>04. ITEM 04- "S4"</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Suporte remoto especializado com foco reativo, envolvendo diagnóstico de problemas críticos de software, desempenho, arquitetura ou segurança.</li> <li>Intervenção em situações de alta criticidade.</li> <li>Indisponibilidade total.</li> <li>Até 1h para resposta</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Indispensável para cenários de crise, falhas graves ou incidentes de segurança, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.</li> </ul> </li> <li>Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Serviços essenciais indisponíveis;</li> <li>•Ausência de solução alternativa;</li> <li>•Impacto severo no negócio;</li> <li>•Necessidade de configuração ou correção especializada.</li> </ul> </li> </ol>
<b>05. ITEM 05- "C1"</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Consultoria com foco preventivo, abrangendo revisão de capacidade, desempenho, segurança, atualizações e análise de vulnerabilidades.</li> <li>Apoio à melhoria contínua do ambiente computacional.</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Essencial para antecipar riscos, planejar crescimento e evitar subdimensionamento ao longo do contrato.</li> </ul> </li> </ol>
<b>06. ITEM 06- "C2"</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Consultoria para implementação de novas tecnologias, migrações complexas, projetos de infraestrutura, treinamento e documentação.</li> <li>Apoio à evolução arquitetural do ambiente.</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Permite adaptação tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência e garantindo aderência às melhores práticas.</li> </ul> </li> </ol>
<b>07. ITEM 07- "NV1"</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Recomenda-se ser ofertada solução de servidor compatível com os sistemas operacionais Windows Server Datacenter e Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit), à escolha do contratante, contemplando, no mínimo, os seguintes recursos: <ul style="list-style-type: none"> <li>•01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</li> <li>•50 vCPUs;</li> <li>•200 GB de memória RAM;</li> <li>•10 TB de espaço em disco SSD;</li> <li>•10 IPs válidos</li> <li>•Proteção antivírus ativa;</li> <li>•Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida.</li> <li>•Link dedicado mínimo 100 Mbps.</li> <li>•Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação</li> <li>•Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores</li> <li>•JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação</li> <li>•LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade</li> <li>•KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</li> </ul> </li> <li>A solução necessita garantir desempenho, segurança e compatibilidade plena com o sistema operacional selecionado.</li> <li>Recomenda-se estar protegido por cluster de virtualização com recursos de migração habilitados ou outra tecnologia resiliente.</li> <li>Recursos devem estar disponíveis para criação/execução de VMs conforme demanda da CONTRATANTE, respeitando os limites agregados contratados;</li> <li>Disponibilizar acesso de gerenciamento (portal/painel) ou interface equivalente;</li> <li>VLANs devem permitir segmentação e isolamento lógico;</li> </ol>



	<p>g. Endereçamento IP deve ser público e roteável, com documentação;</p> <p>h. Snapshots e backups devem permitir restauração sob fluxo acordado.</p> <p>i. A análise técnica aponta como requisito relevante que a CONTRATADA possa fornecer, licenciar, instalar, configurar e manter as seguintes soluções de software, ou equivalentes técnicos devidamente comprovados.</p> <p>j. Recomenda-se que as soluções equivalentes possam comprovar, por documentação técnica do fabricante ou testes de homologação, atendimento às mesmas funcionalidades, níveis de desempenho, segurança, compatibilidade e suporte exigidos para o ambiente.</p> <p>k. A infraestrutura NV1 compreende exclusivamente os recursos computacionais e de rede internos ao ambiente do provedor de nuvem.</p> <p>l. Com base nos dados do ambiente atual e nas diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para o dimensionamento do Item NV1 (Ambiente Base de Computação em Nuvem) fundamenta-se na consolidação de serviços, na superação da exaustão tecnológica e na previsão de crescimento institucional.</p> <p>m. Abaixo, detalho a análise técnica comparativa e a fundamentação para os recursos solicitados:</p> <p>n. Memória RAM (De 87 GB para 200 GB)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Análise do Atual: A soma da memória utilizada pelos serviços listados (itens 1 a 5, 7 e 8) totaliza 87 GB de RAM.</li> <li>•Justificativa do Salto: O ETP registra que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, impossibilitando melhorias.</li> </ul> <p>o. Fundamentação: O incremento para 200 GB (aproximadamente 84% de reserva) justifica-se pela necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Atender aos itens 06 (Homologação) e 09 (Aplicativo Visita Segura), que atualmente não possuem recursos alocados ou mensurados na tabela.</li> <li>•Garantir a escalabilidade e flexibilidade para cargas operacionais futuras e evitar subdimensionamento, conforme as boas práticas de governança.</li> <li>•Suportar a consolidação de aplicações anteriormente dispersas em um único ambiente lógico de gestão integrada.</li> </ul> <p>p. Processamento - vCPU (De 34 Cores para 50 vCPUs)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Análise do Atual: A infraestrutura atual utiliza um total de 34 cores de processamento.</li> <li>•Justificativa: O dimensionamento de 50 vCPUs no ambiente NV1 representa um crescimento moderado e conservador (cerca de 17,6%).</li> <li>•Fundamentação: Este aumento visa prover um desempenho adequado e previsível para sistemas de missão crítica, como o ERP e o Banco de Dados, garantindo que picos de utilização não gerem indisponibilidade. A centralização em nuvem exige uma margem para a camada de virtualização e suporte a múltiplos sistemas operacionais (Windows e Linux) simultâneos.</li> </ul> <p>q. Armazenamento SSD (De 5TB para 10 TB)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Análise do Atual: O ambiente atualmente totaliza aproximadamente 5.000 GB (≈5 TB) de armazenamento, distribuídos entre diferentes tecnologias e finalidades. Esse volume contempla o ambiente de produção, ambiente de homologação, repositórios de armazenamento e demandas relacionadas a futuras melhorias e evoluções do sistema.</li> <li>•Justificativa do Salto: O ETP estabelece a necessidade de 10.000 GB (10 TB) em SSD, considerando não apenas o crescimento natural do ambiente, mas também a modernização da infraestrutura, ganhos de desempenho e a implementação de novas soluções e inovações previstas para o sistema. A ampliação garante maior capacidade, escalabilidade, performance e suporte às futuras demandas operacionais e estratégicas.</li> <li>•Fundamentação:</li> <li>•Desempenho: A migração de discos possivelmente mecânicos ou híbridos para SSD full é essencial para aplicações com alta demanda de I/O, como o Banco de Dados (Item 3 da tabela) e sistemas críticos.</li> <li>•Segurança e Backup: A nova solução deve comportar o repositório de arquivos e o backup gerenciado com 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa) por mês. O armazenamento deve cobrir não apenas os dados vivos, mas a política de versionamento e integridade exigida para a continuidade do negócio.</li> <li>•Esgotamento: O documento aponta que não é mais viável expandir o armazenamento atual, o que justifica a margem para o crescimento do volume de dados institucionais e arquivos digitais.</li> </ul> <p>r. Conectividade e Segurança Integrada</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Link e Firewall: Embora o sistema atual não detalhe o link, o NV1 exige um link dedicado mínimo de 100 Mbps e proteção antivírus ativa.</li> <li>•Justificativa: Isso garante a conectividade estável e segura para o tráfego IP entre o Data Center e os usuários do Conselho, suportando o acesso ao ERP e Portais de forma ininterrupta.</li> </ul> <p>s. Conclusão Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•O dimensionamento proposto para o Item NV1 (50 vCPUs, 200 GB RAM, 10 TB SSD) não é apenas uma reposição do parque atual, mas uma atualização estratégica para garantir a continuidade operacional e a resiliência contra falhas graves.</li> </ul>
<p><b>08. ITEM 08- “NV2”</b></p>	<p>a. Acréscimo unitário de memória RAM para máquinas virtuais.</p> <p>b. Expansões sob demanda.</p>

	<p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para absorver crescimento de carga, novos sistemas e aumento de usuários ao longo dos anos.</li> </ul>
09. ITEM 09- “NV3”	<p>a. Acréscimo unitário de capacidade de processamento (vCPU). b. Expansão dinâmica conforme demanda. c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite adequação de desempenho sem interrupções, garantindo estabilidade dos serviços.</li> </ul>
10. ITEM 10- “NV4”	<p>a. Fornecimento de armazenamento em SSD para aplicações de alto desempenho. b. Expansível e resiliente. c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratação de armazenamento adicional em SSD, sob demanda e em blocos de 1 TB, é estratégica para assegurar <b>alto desempenho, disponibilidade e segurança</b> aos ambientes que suportam bancos de dados, aplicações críticas e sistemas com elevada demanda de I/O.</li> <li>• O uso de tecnologia SSD garante maior velocidade de leitura e gravação, reduz latência e evita gargalos operacionais que podem comprometer a experiência do usuário e a continuidade dos serviços. Além disso, a modalidade sob demanda proporciona <b>elasticidade e escalabilidade</b>, permitindo expansão conforme o crescimento do volume de dados, sem necessidade de investimentos antecipados em capacidade ociosa.</li> <li>• A solução também contribui para: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Mitigação de riscos de indisponibilidade</b>, ao suportar políticas de redundância e alta disponibilidade;</li> <li>2. <b>Proteção e integridade das informações</b>, com suporte a estratégias de backup e recuperação de desastres;</li> <li>3. <b>Otimização de custos</b>, ao possibilitar a segregação entre dados críticos, históricos e backups, direcionando cada tipo de informação ao nível de desempenho adequado;</li> <li>4. <b>Suporte a iniciativas de inovação</b>, incluindo a ampliação da capacidade para gravação de reuniões, armazenamento de mídias digitais e novas funcionalidades previstas para evolução dos sistemas.</li> </ol> </li> <li>• A previsão de até 40 blocos mensais (480 anuais) assegura capacidade suficiente para atender ao crescimento projetado, às melhorias tecnológicas planejadas e às demandas futuras, mantendo a eficiência operacional e a sustentabilidade da infraestrutura em nuvem.</li> </ul>
11. ITEM 11- “NV5”	<p>a. Locação de endereços IP públicos dedicados. b. Uso contínuo em ambiente de nuvem. c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessário para publicação de sistemas, serviços web, VPNs e integrações externas.</li> </ul>
12. ITEM 12- “NV6”	<p>a. Backup diário gerenciado com RPO máximo de 4 horas para sistemas críticos e RTO máximo de 4 horas; testes de restauração semestrais com relatório de conformidade, incluindo políticas de retenção, versionamento, armazenamento seguro e suporte à restauração de dados e sistemas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Backup gerenciado com retenção mínima de 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa).</li> <li>• Monitoramento de falhas de backup e alertas;</li> <li>• Restauração sob solicitação;</li> <li>• Snapshots: até 15 por VM/mês.</li> </ul> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para proteção contra perda de dados, falhas operacionais, incidentes de segurança e ataques cibernéticos, atendendo princípios de continuidade de negócios e boas práticas de governança de TI.</li> </ul>
13. ITEM 13- “CS1”	<p>a. Fornecimento de serviço de firewall de próxima geração (NGFW + SIEM), em formato virtual ou físico, incluindo licenciamento, atualizações e funcionalidades avançadas de segurança. b. Firewall stateful; políticas; inspeção; logs; suporte IPv4/IPv6; VPN; segmentação e regras por serviços c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessário para proteção perimetral do ambiente, controle de tráfego, prevenção contra ameaças, ataques e acessos não autorizados, alinhado às boas práticas de segurança da informação.</li> </ul>
14. ITEM 14- “CS2”	<p>a. Serviço de proteção corporativa de endpoints, destinado às estações de trabalho e eventuais servidores que realizem acesso administrativo, operacional ou remoto ao ambiente de computação em nuvem contratado, incluindo funcionalidades de antivírus, antimalware, proteção contra ransomware e gerenciamento centralizado. b. Deverá contemplar console de gestão centralizada, atualização automática de assinaturas e mecanismos de proteção, geração de relatórios gerenciais e aplicação de políticas de segurança conforme a solução ofertada. c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A solução de proteção de endpoints integra a estratégia de segurança em camadas (defense in depth) do ambiente de computação em nuvem, considerando que as estações de trabalho da Autarquia constituem pontos de acesso e administração dos recursos hospedados. A proteção adequada desses dispositivos reduz o risco de comprometimento de credenciais, propagação de malware e incidentes que possam impactar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados institucionais. Trata-se, portanto, de medida complementar essencial à segurança do ambiente cloud contratado, não configurando contratação autônoma de solução de segurança corporativa desvinculada do objeto principal.</li> </ul>
15. ITEM 15- “PL1”	<p>a. Serviços técnicos complementares vinculados exclusivamente ao ambiente de computação em nuvem contratado, destinados à operação, segurança, desempenho, monitoramento e compatibilidade técnica da</p>

	<p>infraestrutura provisionada. Poderão incluir a ativação de módulos ou ferramentas de monitoramento, observabilidade e análise de logs e métricas, desde que utilizados exclusivamente para a gestão da infraestrutura cloud contratada e compatíveis com a arquitetura da solução ofertada. É vedada a utilização deste item para inclusão de novos sistemas corporativos, desenvolvimento de software ou ampliação do escopo originalmente contratado.</p> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A previsão de serviços técnicos complementares visa assegurar flexibilidade operacional e capacidade de adequação contínua do ambiente de computação em nuvem às necessidades institucionais, especialmente quanto a requisitos de segurança, desempenho, atualização tecnológica e estabilidade operacional.</li> </ul>
<b>16. ITEM 16- "MIG1"</b>	<p>a. Serviços especializados para implantação total de ambientes computacionais, compreendendo migração, instalação e configuração de recursos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação.</p> <p>b. Migração entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ambientes on-premises, VPS, nuvem privada, nuvem pública ou híbrida;</li> <li>• diferentes fornecedores de infraestrutura;</li> <li>• diferentes tecnologias de virtualização;</li> <li>• diferentes versões de sistemas operacionais, plataformas ou aplicações.</li> </ul> <p>c. Elaboração e execução de plano de migração, contendo análise de riscos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• inventário detalhado dos ativos a serem migrados;</li> <li>• análise de riscos técnicos e operacionais;</li> <li>• definição de janelas de migração;</li> <li>• definição de estratégia de rollback em caso de falha;</li> <li>• validação técnica pré e pós-migração.</li> </ul> <p>d. Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados durante todo o processo.</p> <p>e. Instalação e configuração do ambiente. Após o provisionamento da infraestrutura, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do ambiente computacional, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• criação e configuração de máquinas virtuais;</li> <li>• configuração de armazenamento em nuvem;</li> <li>• configuração de redes virtuais, sub-redes e endereçamento IP;</li> <li>• configuração de firewall e políticas de segurança de rede;</li> <li>• configuração de acesso remoto seguro;</li> <li>• instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicações necessárias;</li> <li>• configuração de rotinas de backup e recuperação de dados;</li> <li>• configuração de monitoramento da infraestrutura e serviços.</li> </ul> <p>f. Ao final da implantação, deverão ser realizados testes e validações, contemplando no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• painel de gerenciamento da infraestrutura acessível e credenciais administrativas entregues à contratante;</li> <li>• domínios e DNS devidamente configurados e válidos;</li> <li>• serviços web e aplicações respondendo adequadamente;</li> <li>• rotinas de backup configuradas e testes de restauração realizados;</li> <li>• firewall de próxima geração (NGFW) configurado com regras e geração de logs;</li> <li>• plugins, serviços e componentes instalados e operacionais;</li> <li>• conectividade e acesso remoto testados;</li> <li>• validação do funcionamento das máquinas virtuais e recursos provisionados.</li> </ul> <p>g. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A implantação e migração de ambientes computacionais constitui atividade crítica e estratégica, com impacto direto na continuidade dos serviços institucionais, segurança da informação e integridade dos dados. A adoção de serviços especializados para execução dessas atividades garante: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. planejamento adequado da migração;</li> <li>2. redução de riscos operacionais;</li> <li>3. preservação da integridade dos dados;</li> <li>4. continuidade dos serviços institucionais;</li> <li>5. implantação segura e estruturada do ambiente em nuvem</li> </ol> </li> </ul>

## 2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, sendo vedada adesões, conforme consta na minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso e corresponde a R\$ 552.518,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e dezoito reais).

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. marca/modelo;
- 6.1.3. fabricante;
- 6.1.4. *quantidade cotada*.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da



Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de *R\$1,00 (um real)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2.2. empresas brasileiras;

7.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, quando assinados digitalmente mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, em conformidade com o §2º do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *05 (cinco)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.compras.gov.br>.

### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.


16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 ANEXO I - Termo de Referência;

- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.3 Anexo III –Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.4. Anexo IV –Modelo de Proposta;
- 16.11.5. Anexo V- Índice de Medição de Resultado.

Documento assinado digitalmente  
 SOLON AMARAL DE SOUZA  
Data: 29/04/2026 10:47:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Brasília, 29 de abril de 2026

Solon Amaral de Souza  
Presidente  
CRECI/DF





CONSELHO DE CORRETORES DE IMÓVEIS  
8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

---

Registro de preço para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI-DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais.

Processo Administrativo nº 2026.7.000008

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI/DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO									
Item	Catser	Categoria	Descrição	Consumo	QTD mês	QTD anual	Valor unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor total (R\$)
<b>SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA</b>									
1	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível básico (Por Hora)	SOB DEMANDA	5	60	R\$ 410,00	R\$2.050,00	R\$24.600,00
2	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50	R\$9.900,00
3	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível avançado (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50	R\$9.900,00
4	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50	R\$9.900,00
5	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24	R\$765,00	R\$1530,00	R\$18.360,00
6	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo ampliado (1h)	SOB DEMANDA	2	24	R\$765,00	R\$1530,00	R\$18.360,00
<b>INFRAESTRUTURA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM</b>									
7	27081	Computação em Nuvem	Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit); 50 vCPUs; 200 GB de memória RAM; 10 TB de espaço em disco SSD;  10 IPs válidos; Proteção antivírus ativa; Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Link dedicado mínimo 100 Mbps. Serviço de backup diário incluso, com	MENSAL	1	12	R\$645,83	R\$7.750,00	R\$93.000,00

			política de retenção definida; Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação; Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores; JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação; LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade; KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot						
8	27081	Computação em Nuvem	Memória RAM adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	SOB DEMANDA	200	2.400	R\$9,25	R\$1850,00	R\$22.200,00
9	27081	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600	R\$31,72	R\$1.586,00	R\$19.032,00
10	27081	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480	R\$387,50	R\$15.500,00	R\$186.000,00
11	27081	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120	R\$28,75	R\$287,50	R\$3.450,00
12	27081	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12	R\$204,17	R\$2.450,04	R\$29.400,48
<b>LICENCIAMENTO, PAINEL E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>									
13	27081	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12	R\$132,54	R\$1.590,50	R\$19.086,00
14	27081	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600	R\$15,60	R\$780,00	R\$9.360,00
15	27081	Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou equivalente) + plugins	Contratação de plugins, módulos, ferramentas e melhorias técnicas para monitoramento, otimização, segurança e gestão do ambiente VPS e aplicações web, incluindo monitoramento em tempo real de armazenamento, desempenho, disponibilidade e uso de recursos, baseados em Painel de controle	SOB DEMANDA	1	12	R\$50,00	R\$600,00	R\$7.200,00

			com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação.						
<b>IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO</b>									
16	27081	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	Serviços especializados de implantação de ambiente de computação em nuvem, compreendendo migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida, testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.	PAGAMENTO ÚNICO	1	1	R\$6.041,67	R\$72.500,00	R\$72.500,00
<b>Valor total estimado: R\$552.518,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e dezoito reais)</b>									

<b>01. ITEM 01- "S1"</b>	<p>a. Suporte remoto de 1º nível, compreendendo consultas assistidas, orientações técnicas, manutenções de rotina, ajustes simples, configurações programadas e esclarecimento de dúvidas operacionais.</p> <p>b. Atendimento destinado a usuários e administradores para uso adequado dos serviços contratados.</p> <p>c. Baixo impacto/planejado.</p> <p>d. Até 2 dias úteis para resposta.</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <p>f. Este item é essencial para garantir a continuidade operacional diária, absorvendo demandas recorrentes e de baixa complexidade, evitando que incidentes simples evoluam para indisponibilidades maiores.</p> <p>g. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas de rotina;</li> <li>• Ausência de impacto crítico nos serviços;</li> <li>• Não há risco imediato à integridade dos dados.</li> </ul>
<b>02. ITEM 02- "S2"</b>	<p>a. Suporte remoto de 2º nível, com diagnóstico de falhas funcionais, correções de configuração, manutenção programada e ajustes de ambiente.</p> <p>b. Atendimento a incidentes que impactam parcialmente serviços ou recursos.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>c. Impacto moderado</li> <li>d. Até 8h para resposta</li> <li>e. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessário para restaurar rapidamente funcionalidades degradadas e garantir níveis aceitáveis de serviço, evitando impacto prolongado aos sistemas institucionais.</li> </ul> </li> <li>f. Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Perda parcial de funcionalidade;</li> <li>•Não há perda iminente de dados;</li> <li>•Necessidade de ação técnica emergencial moderada.</li> </ul> </li> </ul>
<b>03. ITEM 03- "S3"</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Suporte remoto avançado para diagnóstico aprofundado de falhas complexas, ajustes avançados de configuração e intervenção em serviços críticos.</li> <li>b. Atuação em incidentes que afetam significativamente processos de negócio.</li> <li>c. Impacto alto</li> <li>d. Até 4h para resposta</li> <li>e. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Garante capacidade de resposta a falhas que impactam diretamente os sistemas finalísticos, reduzindo riscos de paralisação institucional.</li> </ul> </li> <li>f. Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Processos do negócio significativamente afetados;</li> <li>•Risco potencial à integridade dos dados;</li> <li>•Necessidade de solução técnica imediata.</li> </ul> </li> </ul>
<b>04. ITEM 04- "S4"</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Suporte remoto especializado com foco reativo, envolvendo diagnóstico de problemas críticos de software, desempenho, arquitetura ou segurança.</li> <li>b. Intervenção em situações de alta criticidade.</li> <li>c. Indisponibilidade total.</li> <li>d. Até 1h para resposta</li> <li>e. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Indispensável para cenários de crise, falhas graves ou incidentes de segurança, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.</li> </ul> </li> <li>f. Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Serviços essenciais indisponíveis;</li> <li>•Ausência de solução alternativa;</li> <li>•Impacto severo no negócio;</li> <li>•Necessidade de configuração ou correção especializada.</li> </ul> </li> </ul>
<b>05. ITEM 05- "C1"</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Consultoria com foco preventivo, abrangendo revisão de capacidade, desempenho, segurança, atualizações e análise de vulnerabilidades.</li> <li>b. Apoio à melhoria contínua do ambiente computacional.</li> <li>c. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Essencial para antecipar riscos, planejar crescimento e evitar subdimensionamento ao longo do contrato.</li> </ul> </li> </ul>
<b>06. ITEM 06- "C2"</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Consultoria para implementação de novas tecnologias, migrações complexas, projetos de infraestrutura, treinamento e documentação.</li> <li>b. Apoio à evolução arquitetural do ambiente.</li> <li>c. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Permite adaptação tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência e garantindo aderência às melhores práticas.</li> </ul> </li> </ul>
<b>07. ITEM 07- "NV1"</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Recomenda-se ser ofertada solução de servidor compatível com os sistemas operacionais Windows Server Datacenter e Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit), à escolha do contratante, contemplando, no mínimo, os seguintes recursos: <ul style="list-style-type: none"> <li>•01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</li> <li>•50 vCPUs;</li> <li>•200 GB de memória RAM;</li> <li>•10 TB de espaço em disco SSD;</li> <li>•10 IPs válidos</li> <li>•Proteção antivírus ativa;</li> <li>•Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida.</li> <li>•Link dedicado mínimo 100 Mbps.</li> <li>•Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação</li> <li>•Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores</li> <li>•JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação</li> <li>•LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade</li> </ul> </li> </ul>

- KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot

b. A solução necessita garantir desempenho, segurança e compatibilidade plena com o sistema operacional selecionado.

c. Recomenda-se estar protegido por cluster de virtualização com recursos de migração habilitados ou outra tecnologia resiliente.

d. Recursos devem estar disponíveis para criação/execução de VMs conforme demanda da CONTRATANTE, respeitando os limites agregados contratados;

e. Disponibilizar acesso de gerenciamento (portal/painel) ou interface equivalente;

f. VLANs devem permitir segmentação e isolamento lógico;

g. Endereçamento IP deve ser público e roteável, com documentação;

h. Snapshots e backups devem permitir restauração sob fluxo acordado.

i. A análise técnica aponta como requisito relevante que a CONTRATADA possa fornecer, licenciar, instalar, configurar e manter as seguintes soluções de software, ou equivalentes técnicos devidamente comprovados.

j. Recomenda-se que as soluções equivalentes possam comprovar, por documentação técnica do fabricante ou testes de homologação, atendimento às mesmas funcionalidades, níveis de desempenho, segurança, compatibilidade e suporte exigidos para o ambiente.

k. A infraestrutura NV1 compreende exclusivamente os recursos computacionais e de rede internos ao ambiente do provedor de nuvem.

l. Com base nos dados do ambiente atual e nas diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para o dimensionamento do Item NV1 (Ambiente Base de Computação em Nuvem) fundamenta-se na consolidação de serviços, na superação da exaustão tecnológica e na previsão de crescimento institucional.

m. Abaixo, detalho a análise técnica comparativa e a fundamentação para os recursos solicitados:

n. Memória RAM (De 87 GB para 200 GB)

- Análise do Atual: A soma da memória utilizada pelos serviços listados (itens 1 a 5, 7 e 8) totaliza 87 GB de RAM.
- Justificativa do Salto: O ETP registra que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, impossibilitando melhorias.
- o. Fundamentação: O incremento para 200 GB (aproximadamente 84% de reserva) justifica-se pela necessidade de:
  - Atender aos itens 06 (Homologação) e 09 (Aplicativo Visita Segura), que atualmente não possuem recursos alocados ou mensurados na tabela.
  - Garantir a escalabilidade e flexibilidade para cargas operacionais futuras e evitar subdimensionamento, conforme as boas práticas de governança.
  - Suportar a consolidação de aplicações anteriormente dispersas em um único ambiente lógico de gestão integrada.

p. Processamento - vCPU (De 34 Cores para 50 vCPUs)

- Análise do Atual: A infraestrutura atual utiliza um total de 34 cores de processamento.
- Justificativa: O dimensionamento de 50 vCPUs no ambiente NV1 representa um crescimento moderado e conservador (cerca de 17,6%).
- Fundamentação: Este aumento visa prover um desempenho adequado e previsível para sistemas de missão crítica, como o ERP e o Banco de Dados, garantindo que picos de utilização não gerem indisponibilidade. A centralização em nuvem exige uma margem para a camada de virtualização e suporte a múltiplos sistemas operacionais (Windows e Linux) simultâneos.

q. Armazenamento SSD (De 5TB para 10 TB)

- Análise do Atual: O ambiente atualmente totaliza aproximadamente 5.000 GB (≈5 TB) de armazenamento, distribuídos entre diferentes tecnologias e finalidades. Esse volume contempla o ambiente de produção, ambiente de homologação, repositórios de armazenamento e demandas relacionadas a futuras melhorias e evoluções do sistema.
- Justificativa do Salto: O ETP estabelece a necessidade de 10.000 GB (10 TB) em SSD, considerando não apenas o crescimento natural do ambiente, mas também a modernização da infraestrutura, ganhos de desempenho e a implementação de novas soluções e inovações previstas para o sistema. A ampliação garante maior capacidade, escalabilidade, performance e suporte às futuras demandas operacionais e estratégicas.
- Fundamentação:
  - Desempenho: A migração de discos possivelmente mecânicos ou híbridos para SSD full é essencial para aplicações com alta demanda de I/O, como o Banco de Dados (Item 3 da tabela) e sistemas críticos.
  - Segurança e Backup: A nova solução deve comportar o repositório de arquivos e o backup gerenciado com 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa) por mês. O armazenamento deve cobrir não apenas os dados vivos, mas a política de versionamento e integridade exigida para a continuidade do negócio.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Esgotamento: O documento aponta que não é mais viável expandir o armazenamento atual, o que justifica a margem para o crescimento do volume de dados institucionais e arquivos digitais.</li> <li>r. Conectividade e Segurança Integrada</li> <li>•Link e Firewall: Embora o sistema atual não detalhe o link, o NV1 exige um link dedicado mínimo de 100 Mbps e proteção antivírus ativa.</li> <li>•Justificativa: Isso garante a conectividade estável e segura para o tráfego IP entre o Data Center e os usuários do Conselho, suportando o acesso ao ERP e Portais de forma ininterrupta.</li> <li>s. Conclusão Técnica</li> <li>•O dimensionamento proposto para o Item NV1 (50 vCPUs, 200 GB RAM, 10 TB SSD) não é apenas uma reposição do parque atual, mas uma atualização estratégica para garantir a continuidade operacional e a resiliência contra falhas graves.</li> </ul>
08. ITEM 08- “NV2”	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Acréscimo unitário de memória RAM para máquinas virtuais.</li> <li>b. Expansões sob demanda.</li> <li>c. Justificativa Técnica</li> <li>•Essencial para absorver crescimento de carga, novos sistemas e aumento de usuários ao longo dos anos.</li> </ul>
09. ITEM 09- “NV3”	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Acréscimo unitário de capacidade de processamento (vCPU).</li> <li>b. Expansão dinâmica conforme demanda.</li> <li>c. Justificativa Técnica</li> <li>•Permite adequação de desempenho sem interrupções, garantindo estabilidade dos serviços.</li> </ul>
10. ITEM 10- “NV4”	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Fornecimento de armazenamento em SSD para aplicações de alto desempenho.</li> <li>b. Expansível e resiliente.</li> <li>c. Justificativa Técnica</li> <li>•A contratação de armazenamento adicional em SSD, sob demanda e em blocos de 1 TB, é estratégica para assegurar <b>alto desempenho, disponibilidade e segurança</b> aos ambientes que suportam bancos de dados, aplicações críticas e sistemas com elevada demanda de I/O.</li> <li>•O uso de tecnologia SSD garante maior velocidade de leitura e gravação, reduz latência e evita gargalos operacionais que podem comprometer a experiência do usuário e a continuidade dos serviços. Além disso, a modalidade sob demanda proporciona <b>elasticidade e escalabilidade</b>, permitindo expansão conforme o crescimento do volume de dados, sem necessidade de investimentos antecipados em capacidade ociosa.</li> <li>•A solução também contribui para: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Mitigação de riscos de indisponibilidade</b>, ao suportar políticas de redundância e alta disponibilidade;</li> <li>2. <b>Proteção e integridade das informações</b>, com suporte a estratégias de backup e recuperação de desastres;</li> <li>3. <b>Otimização de custos</b>, ao possibilitar a segregação entre dados críticos, históricos e backups, direcionando cada tipo de informação ao nível de desempenho adequado;</li> <li>4. <b>Suporte a iniciativas de inovação</b>, incluindo a ampliação da capacidade para gravação de reuniões, armazenamento de mídias digitais e novas funcionalidades previstas para evolução dos sistemas.</li> </ol> </li> <li>•A previsão de até 40 blocos mensais (480 anuais) assegura capacidade suficiente para atender ao crescimento projetado, às melhorias tecnológicas planejadas e às demandas futuras, mantendo a eficiência operacional e a sustentabilidade da infraestrutura em nuvem.</li> </ul>
11. ITEM 11- “NV5”	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Locação de endereços IP públicos dedicados.</li> <li>b. Uso contínuo em ambiente de nuvem.</li> <li>c. Justificativa Técnica</li> <li>•Necessário para publicação de sistemas, serviços web, VPNs e integrações externas.</li> </ul>
12. ITEM 12- “NV6”	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Backup diário gerenciado com RPO máximo de 4 horas para sistemas críticos e RTO máximo de 4 horas; testes de restauração semestrais com relatório de conformidade, incluindo políticas de retenção, versionamento, armazenamento seguro e suporte à restauração de dados e sistemas.</li> <li>•Backup gerenciado com retenção mínima de 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa).</li> <li>•Monitoramento de falhas de backup e alertas;</li> <li>•Restauração sob solicitação;</li> <li>•Snapshots: até 15 por VM/mês.</li> <li>b. Justificativa Técnica</li> <li>•Essencial para proteção contra perda de dados, falhas operacionais, incidentes de segurança e ataques cibernéticos, atendendo princípios de continuidade de negócios e boas práticas de governança de TI.</li> </ul>
13. ITEM 13- “CS1”	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Fornecimento de serviço de firewall de próxima geração (NGFW + SIEM), em formato virtual ou físico, incluindo licenciamento, atualizações e funcionalidades avançadas de segurança.</li> <li>b. Firewall stateful; políticas; inspeção; logs; suporte IPv4/IPv6; VPN; segmentação e regras por serviços</li> </ul>



	<p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessário para proteção perimetral do ambiente, controle de tráfego, prevenção contra ameaças, ataques e acessos não autorizados, alinhado às boas práticas de segurança da informação.</li> </ul>
<b>14. ITEM 14- “CS2”</b>	<p>a. Serviço de proteção corporativa de endpoints, destinado às estações de trabalho e eventuais servidores que realizem acesso administrativo, operacional ou remoto ao ambiente de computação em nuvem contratado, incluindo funcionalidades de antivírus, antimalware, proteção contra ransomware e gerenciamento centralizado.</p> <p>b. Deverá contemplar console de gestão centralizada, atualização automática de assinaturas e mecanismos de proteção, geração de relatórios gerenciais e aplicação de políticas de segurança conforme a solução ofertada.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•A solução de proteção de endpoints integra a estratégia de segurança em camadas (defense in depth) do ambiente de computação em nuvem, considerando que as estações de trabalho da Autarquia constituem pontos de acesso e administração dos recursos hospedados. A proteção adequada desses dispositivos reduz o risco de comprometimento de credenciais, propagação de malware e incidentes que possam impactar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados institucionais. Trata-se, portanto, de medida complementar essencial à segurança do ambiente cloud contratado, não configurando contratação autônoma de solução de segurança corporativa desvinculada do objeto principal.</li> </ul>
<b>15. ITEM 15- “PL1”</b>	<p>a. Serviços técnicos complementares vinculados exclusivamente ao ambiente de computação em nuvem contratado, destinados à operação, segurança, desempenho, monitoramento e compatibilidade técnica da infraestrutura provisionada. Poderão incluir a ativação de módulos ou ferramentas de monitoramento, observabilidade e análise de logs e métricas, desde que utilizados exclusivamente para a gestão da infraestrutura cloud contratada e compatíveis com a arquitetura da solução ofertada. É vedada a utilização deste item para inclusão de novos sistemas corporativos, desenvolvimento de software ou ampliação do escopo originalmente contratado.</p> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•A previsão de serviços técnicos complementares visa assegurar flexibilidade operacional e capacidade de adequação contínua do ambiente de computação em nuvem às necessidades institucionais, especialmente quanto a requisitos de segurança, desempenho, atualização tecnológica e estabilidade operacional.</li> </ul>
<b>16. ITEM 16- “MIG1”</b>	<p>a. Serviços especializados para implantação total de ambientes computacionais, compreendendo migração, instalação e configuração de recursos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação.</p> <p>b. Migração entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•ambientes on-premises, VPS, nuvem privada, nuvem pública ou híbrida;</li> <li>•diferentes fornecedores de infraestrutura;</li> <li>•diferentes tecnologias de virtualização;</li> <li>•diferentes versões de sistemas operacionais, plataformas ou aplicações.</li> </ul> <p>c. Elaboração e execução de plano de migração, contendo análise de riscos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•inventário detalhado dos ativos a serem migrados;</li> <li>•análise de riscos técnicos e operacionais;</li> <li>•definição de janelas de migração;</li> <li>•definição de estratégia de rollback em caso de falha;</li> <li>•validação técnica pré e pós-migração.</li> </ul> <p>d. Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados durante todo o processo.</p> <p>e. Instalação e configuração do ambiente. Após o provisionamento da infraestrutura, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do ambiente computacional, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•criação e configuração de máquinas virtuais;</li> <li>•configuração de armazenamento em nuvem;</li> <li>•configuração de redes virtuais, sub-redes e endereçamento IP;</li> <li>•configuração de firewall e políticas de segurança de rede;</li> <li>•configuração de acesso remoto seguro;</li> <li>•instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicações necessárias;</li> <li>•configuração de rotinas de backup e recuperação de dados;</li> <li>•configuração de monitoramento da infraestrutura e serviços.</li> </ul> <p>f. Ao final da implantação, deverão ser realizados testes e validações, contemplando no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•painel de gerenciamento da infraestrutura acessível e credenciais administrativas entregues à contratante;</li> <li>•domínios e DNS devidamente configurados e válidos;</li> <li>•serviços web e aplicações respondendo adequadamente;</li> <li>•rotinas de backup configuradas e testes de restauração realizados;</li> <li>•firewall de próxima geração (NGFW) configurado com regras e geração de logs;</li> <li>•plugins, serviços e componentes instalados e operacionais;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>•conectividade e acesso remoto testados;</li> <li>•validação do funcionamento das máquinas virtuais e recursos provisionados.</li> </ul> <p>g. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•A implantação e migração de ambientes computacionais constitui atividade crítica e estratégica, com impacto direto na continuidade dos serviços institucionais, segurança da informação e integridade dos dados. A adoção de serviços especializados para execução dessas atividades garante:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1. planejamento adequado da migração;</li> <li>2. redução de riscos operacionais;</li> <li>3. preservação da integridade dos dados;</li> <li>4. continuidade dos serviços institucionais;</li> <li>5. implantação segura e estruturada do ambiente em nuvem</li> </ol> </li> </ul>
--	---

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante no item 13.2. do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a contratação se destina à sustentação permanente da infraestrutura tecnológica institucional, sendo indispensável à operação ininterrupta dos sistemas de informação, aplicações corporativas, serviços digitais e bases de dados essenciais às atividades finalísticas e administrativas do órgão.

1.4. A natureza continuada da contratação decorre da necessidade de disponibilidade contínua, suporte técnico permanente, monitoramento constante, execução de rotinas de backup e garantia de segurança informação, não se tratando de demanda pontual ou de execução esporádica.

1.5. Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, a solução proposta envolve a prestação contínua de serviços de computação em nuvem, incluindo recursos de processamento, armazenamento, conectividade, segurança e suporte técnico especializado, os quais são necessários para assegurar a continuidade operacional, desempenho, confiabilidade e integridade dos serviços institucionais.

1.6. Adicionalmente, o ambiente tecnológico a ser suportado caracteriza-se como de missão crítica, exigindo níveis elevados de disponibilidade e resposta a incidentes, o que reforça a necessidade de manutenção contínua da prestação dos serviços, conforme destacado no ETP.

### **Do parcelamento dos itens que compõe o objeto**

1.7. Conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do Art. 40º da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

1.8. O objeto exige a contratação de empresa única, que será responsável pela execução e integração total da solução, bem como pela garantia unificada dos serviços prestados.

1.9. Nos termos do art. 40, §3º, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando “o objeto a ser contratado configurar sistema

único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido”, sendo esta a hipótese verificada na situação concreta.

1.10. A contratação por lote único também visa evitar a fragmentação da responsabilidade técnica, garantindo a interoperabilidade dos serviços, a padronização da solução e a eficiência na gestão contratual.

### **Prazo de vigência**

1.11. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e mantidas as condições originalmente pactuadas, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023, podendo, ainda, ser renovados os quantitativos inicialmente registrados.

1.12. Durante a vigência da ata de registro de preços poderão ser celebrados contratos decorrentes da ARP, cujas respectivas vigências observarão o disposto nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021 e art. 36 do Decreto Federal n. 11.462/2023.

1.13. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.14. Informações complementares acerca do objeto da contratação

1.15. Na hipótese de divergência entre o código CATSER e a descrição do objeto constante no Termo de Referência, prevalecerá esta última.

### **Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços**

1.16. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação justifica-se pela natureza variável, dinâmica e não plenamente previsível da demanda associada aos serviços de computação segura em nuvem, especialmente no que se refere ao consumo de recursos computacionais, tais como processamento (vCPU), memória (RAM), armazenamento (SSD), bem como aos serviços técnicos especializados prestados sob demanda.

1.17. Embora se trate de serviço de natureza continuada, sua execução não ocorre de forma linear ou com quantitativos fixos previamente mensuráveis, sendo diretamente influenciada por fatores como o crescimento do volume de dados institucionais, a ampliação de sistemas e serviços digitais, a evolução das demandas operacionais e a necessidade de escalabilidade da infraestrutura tecnológica.

1.18. Conforme evidenciado neste Termo de Referência, a solução contempla tanto itens de consumo mensal quanto itens sob demanda, os quais poderão ser acionados de forma progressiva, conforme a necessidade efetiva da Administração, não sendo possível definir, de forma precisa, o quantitativo exato a ser utilizado ao longo da vigência contratual.

1.19. Nesse contexto, a utilização do SRP mostra-se adequada, pois permite à Administração maior flexibilidade na gestão da contratação, possibilitando a utilização dos serviços conforme a demanda real, evitando tanto o subdimensionamento da infraestrutura quanto a contratação excessiva de recursos ociosos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

1.20. Adicionalmente, o modelo de registro de preços é especialmente compatível com soluções de computação em nuvem, que possuem como características intrínsecas a

elasticidade, a escalabilidade e o consumo variável, sendo incompatíveis com modelos rígidos de contratação baseados em quantitativos fixos previamente definidos.

1.21. Dessa forma, a adoção do SRP não decorre apenas de conveniência administrativa, mas de adequação técnica ao objeto contratado, permitindo melhor gestão dos recursos públicos, maior controle sobre o consumo e maior aderência às necessidades institucionais ao longo da vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A necessidade da contratação decorre da demanda institucional por infraestrutura tecnológica segura, estável e continuamente disponível, capaz de suportar a operação de sistemas de informação, aplicações corporativas, serviços digitais e bases de dados essenciais às atividades finalísticas e administrativas.

2.2. O ambiente tecnológico atualmente requerido caracteriza-se por alta criticidade, exigindo níveis elevados de disponibilidade, desempenho, segurança da informação e capacidade de resposta a incidentes, de modo a minimizar riscos de interrupção dos serviços, perda de dados, comprometimento da integridade das informações e impactos negativos à continuidade das atividades institucionais.

2.3. Adicionalmente, o ambiente de servidores atualmente em uso encontra-se em estágio de esgotamento de capacidade. O servidor vigente dispõe de aproximadamente 1 TB de armazenamento, volume que atualmente supre apenas o sistema principal e parte dos arquivos correntes, não comportando expansão significativa de armazenamento, processamento (CPU) ou memória (RAM). Tal limitação impõe restrições operacionais relevantes, eleva o risco de indisponibilidade e dificulta a evolução tecnológica dos serviços institucionais.

2.4. Registre-se, ainda, que aproximadamente 3 TB de dados históricos remanescentes de sistema anteriormente utilizado encontram-se armazenados localmente, fora do ambiente principal, o que acarreta fragmentação das informações institucionais, aumento da complexidade de gestão, dificuldades de backup unificado e riscos operacionais relacionados à integridade e rastreabilidade dos dados.

2.5. Nesse contexto, o dimensionamento inicial de 10 TB de armazenamento para o novo servidor visa:

- Consolidar em ambiente único e seguro os dados atuais e históricos;
- Garantir armazenamento adequado para backups completos e incrementais;
- Permitir a manutenção de cópia de segurança do sistema SISCAC;
- Viabilizar a criação de ambiente de homologação espelhado do ambiente produtivo;
- Suportar o crescimento orgânico mensal do sistema institucional, do portal eletrônico e dos serviços digitais;
- Assegurar margem técnica compatível com a expansão prevista das atividades digitais da Autarquia.

2.6. A previsão de blocos adicionais de armazenamento SSD de 1 TB sob demanda, limitados contratualmente a até 40 TB, não representa contratação imediata do volume máximo, mas mecanismo de elasticidade e escalabilidade, permitindo expansão progressiva conforme a necessidade efetiva, especialmente diante da implementação de novos serviços digitais, virtualização de reuniões, ampliação de aplicações institucionais e incremento da digitalização de processos.

2.7. Tal estratégia de planejamento evita subdimensionamento da infraestrutura, reduz a necessidade de contratações emergenciais futuras, assegura continuidade operacional e demonstra racionalidade administrativa ao permitir crescimento controlado e tecnicamente justificado.

2.8. A evolução das demandas operacionais, o crescimento do volume de dados, a ampliação do uso de serviços digitais e a necessidade de observância às boas práticas de governança de Tecnologia da Informação evidenciam a insuficiência do modelo atual, bem como a necessidade de adoção de solução que permita escalabilidade, flexibilidade e atualização tecnológica contínua, sem a imposição de elevados custos iniciais ou riscos operacionais associados à manutenção de infraestrutura própria saturada.

2.9. Nesse cenário, a centralização dos serviços institucionais em ambiente integrado de computação em nuvem apresenta-se como alternativa tecnicamente adequada para mitigar os riscos identificados, simplificar a gestão da infraestrutura, otimizar recursos e assegurar maior previsibilidade operacional. Tal abordagem permite a consolidação de sistemas, aplicações e serviços em ambiente gerenciado, com ganhos em desempenho, segurança, disponibilidade e governança.

2.10. A contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem mostra-se, portanto, necessária para atender às necessidades identificadas, possibilitando a disponibilização de infraestrutura e serviços especializados alinhados às boas práticas de mercado, à legislação aplicável e aos objetivos estratégicos institucionais, cabendo ao presente Estudo Técnico Preliminar subsidiar a avaliação da viabilidade, do escopo e do modelo de contratação mais adequado.

### **Plano de Contratações Anual (PCA)**

2.11. O objeto da contratação está previsto no PCA por intermédio da portaria nº 12 de 09 de janeiro de 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.12. Registra-se que o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 8ª Região – CRECI/DF, até o presente momento, não dispõe de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) formalmente instituído. Todavia, a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional, uma vez que a necessidade de contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação consta expressamente no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, instrumento que consolida as demandas da Autarquia. Ademais, a contratação está aderente às necessidades operacionais e estratégicas da instituição, especialmente no que se refere à continuidade dos serviços digitais, à segurança da informação, à modernização da infraestrutura tecnológica e à melhoria da eficiência administrativa. Ressalta-se que, conforme boas práticas de governança de TIC, o PDTIC constitui instrumento de planejamento, motivo pelo qual se recomenda sua futura elaboração, sem prejuízo da regularidade da presente contratação, devidamente motivada e planejada nos termos da legislação vigente.

2.13. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem, compreendendo a disponibilização de infraestrutura tecnológica, recursos computacionais e serviços especializados necessários à sustentação dos sistemas institucionais, aplicações corporativas, serviços digitais e bases de dados da Autarquia.

3.3. A solução contempla, de forma integrada:

- Ambiente base de computação em nuvem, com capacidade inicial estimada de até 50vCPUs, 200 GB de memória RAM e 10 TB de armazenamento em SSD, destinado à consolidação dos ambientes institucionais;
- Recursos adicionais sob demanda de processamento (vCPU), memória (RAM) e armazenamento (SSD), permitindo escalabilidade conforme a evolução das necessidades;
- Serviços de backup gerenciado, com políticas de retenção e versionamento;
- Mecanismos de segurança da informação, incluindo firewall de próxima geração (NGFW) e proteção de endpoints;
- Ferramentas de monitoramento e gerenciamento do ambiente;
- Serviços técnicos especializados, abrangendo suporte técnico em múltiplos níveis, consultoria e operação assistida;
- Serviços de implantação da solução, incluindo planejamento, migração, instalação e configuração dos ambientes computacionais.

3.4. O quantitativo estimado foi definido com base na análise do ambiente tecnológico atual e na necessidade de consolidação, expansão e continuidade dos serviços institucionais, considerando o volume de dados existente, a demanda por processamento e a previsão de crescimento das atividades digitais, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

3.5. A modelagem da contratação prevê, ainda, a combinação de itens de consumo mensal e serviços sob demanda, permitindo maior flexibilidade, eficiência na utilização dos recursos e adequação do consumo às necessidades efetivas da Administração.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Requisitos de Negócio:**

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Garantir a continuidade operacional dos sistemas institucionais, aplicações corporativas e serviços digitais, assegurando níveis adequados de disponibilidade, desempenho e confiabilidade;

4.1.2. Assegurar a proteção e integridade das informações institucionais, por meio da adoção de mecanismos de segurança da informação, controle de acessos e políticas de backup e recuperação de dados; e

4.1.3. Prover ambiente tecnológico escalável, flexível e atualizado, capaz de suportar o crescimento das demandas institucionais, a evolução dos serviços digitais e a modernização da infraestrutura de TI.

### Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica formal na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação, considerando que a solução deverá disponibilizar interface de gerenciamento acessível, bem como suporte técnico especializado e operação assistida por no mínimo 2 (dois) meses, conforme item 4.4.11 do Estudo técnico preliminar.

4.3. A transferência de conhecimento ocorrerá de forma contínua, no contexto da operação assistida, atendimentos técnicos e interações entre a equipe da CONTRATADA e da CONTRATANTE, não sendo necessária a realização de atendimento formal estruturado.

### Requisitos Legais

4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais- LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

### Requisitos de Manutenção

4.5. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas e evolutivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade, desempenho e segurança do ambiente, bem como ao aperfeiçoamento contínuo de suas funcionalidades.

4.5.1. A manutenção compreende:

- **Corretiva:** Para solução de falhas, incidentes e indisponibilidade;
- **Preventiva:** Para evitar degradação do ambiente e garantir sua estabilidade operacional;
- **Evolutiva:** Para atualização tecnológica, melhoria de desempenho e adequação às necessidades da CONTRATANTE ao longo da vigência contratual.

Requisitos Temporais

4.6. Os serviços devem ser prestados de forma contínua, em regime 24 (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, a partir da emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE;

4.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.9. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Incidentes de baixa criticidade	Até 2 dias úteis	Até 3 dias úteis
Incidentes de média criticidade	Até 8 horas	Até 1 dia útil
Incidentes de alta criticidade	Até 4 horas	Até 8 horas
Incidentes críticos	Até 1 hora	Até 4 horas

**Para fins de análise da criticidade, considera-se:**

4.10. Incidentes de baixa criticidade: Considera-se incidente de baixa criticidade aquele que não impacta diretamente a operação institucional, afetando funcionalidades secundárias ou usuários isolados, sem comprometimento da continuidade dos serviços e com possibilidade de solução alternativa;

4.11. Incidentes de média criticidade: Considera-se incidente de média criticidade aquele que impacta parcialmente a operação institucional, afetando um grupo de usuários ou funcionalidades relevantes, podendo causar degradação de desempenho, mas sem interrupção total dos serviços;

4.12. Incidentes de alta criticidade: Considera-se incidente de alta criticidade aquele que impacta significativamente a operação institucional, afetando serviços essenciais ou grande número de usuários, sem solução alternativa viável, comprometendo a disponibilidade ou desempenho do ambiente;

4.13. Incidentes extremamente críticos: Considera-se incidentes extremamente críticos aquele que ocasiona a indisponibilidade total de serviços essenciais ou sistemas institucionais, afetando a totalidade ou a maior parte dos usuários, sem possibilidade de continuidade das atividades, exigindo atendimento imediato.

4.14. Os prazos de atendimento e solução serão contados a partir da abertura do chamado, devendo a solução definitiva ser validade pela CONTRATANTE.

4.15. Caso a CONTRATADA não consiga concluir a resolução do problema dentro do prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE, apresentando justificativa técnica fundamentada e solicitando prorrogação do prazo, a qual poderá ser concedida, a critério exclusivo da CONTRATANTE.

**Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.16. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.16.1. A solução deverá observar práticas de sustentabilidade, priorizando o uso eficiente de recursos computacionais, a redução do consumo energético e a racionalização da infraestrutura, por meio da utilização de serviços de computação em nuvem.

**Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.17. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.18. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

**Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.19. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.19.1. Planejamento prévio das atividades, incluindo levantamento do ambiente atual, identificação de dependências e análise de riscos;

4.19.2. Elaboração e execução de plano de migração, contendo cronograma, definição de janelas de execução e estratégias de contingência e rollback;

4.19.3. Provisoriamente da infraestrutura em nuvem conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

4.19.4. Instalação, configuração e validação dos ambientes computacionais, incluindo máquinas virtuais, armazenamento, redes e mecanismos de segurança;

- 4.19.5. Execução de testes de funcionamento e validação dos serviços, assegurando a integridade, disponibilidade e desempenho do ambiente;
- 4.19.6. Realização de operação assistida após implantação, visando garantir a estabilidade do ambiente e a transferência de conhecimento à equipe da CONTRATANTE;
- 4.19.7. Entrega de documentação técnica do ambiente implantado, contemplando configurações, arquitetura e procedimentos operacionais.

#### **Requisitos de Implantação**

- 4.20. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:
- 4.20.1. Realização de reunião inicial (kick-off) para alinhamento técnico entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- 4.20.2. Elaboração e validação do plano de migração, contendo cronograma, etapas, riscos e estratégias de contingência;
- 4.20.3. Provisionamento do ambiente de computação em nuvem conforme especificações deste Termo de Referência;
- 4.20.4. Execução da migração dos ambientes, sistemas, aplicações e dados, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações;
- 4.20.5. Priorização da continuidade dos serviços, com minimização de indisponibilidades e realização de paradas apenas quando tecnicamente indispensáveis;
- 4.20.6. Configuração completa da infraestrutura, incluindo máquinas virtuais, armazenamento, rede, segurança, backup e monitoramento;
- 4.20.7. Realização de testes de funcionamento e validação do ambiente implantado;
- 4.20.8. Execução de operação assistida, pelo período mínimo necessário à estabilização do ambiente;
- 4.20.9. Entrega de documentação técnica do ambiente implantado (“as built”);
- 4.20.10. Formalização do aceite da solução pela CONTRATANTE após a validação dos serviços.

#### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 4.21. Não se aplica a exigência de garantia nos moldes tradicionais, tendo em vista que o objeto se refere à prestação de serviços continuados de computação em nuvem.
- 4.22. Em substituição, a contratada deverá assegurar a qualidade e continuidade dos serviços por meio da observância de níveis mínimos de serviço (SLA), incluindo disponibilidade, desempenho, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, bem como monitoramento contínuo do ambiente, conforme especificado neste Termo de Referência.

#### **Requisitos de Experiência Profissional**

- 4.23. Os serviços de assistência técnica, suporte, operação e manutenção da solução deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados, com experiência compatível com ambientes de computação em nuvem, infraestrutura de TI e segurança da informação, bem como com todos os recursos ferramentais necessários à adequada execução dos serviços.
- 4.24. A CONTRATADA deverá assegurar que sua equipe técnica possua qualificação suficiente para:
- Administração de ambientes virtualizados e de computação em nuvem;
  - Gerenciamento de sistemas operacionais e recursos computacionais;
  - Implementação e manutenção de soluções de segurança da informação;



- Execução de rotinas de backup, recuperação e monitoramento de infraestrutura;
- Atendimento e resolução de incidentes em ambientes de missão crítica.
- Requisitos de Formação da Equipe

4.25. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.26. A equipe técnica da CONTRATADA deverá possuir formação compatível com as atividades a serem desempenhadas, admitindo-se formação em nível técnico ou superior na área de Tecnologia da Informação, Redes de Computadores, Sistemas de Informação ou áreas correlatas.

#### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.27. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.28. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.29. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e no mínimo, 8 (oito) horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.30. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.31. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.32. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.33. Garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações tratadas;

4.34. Estar em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais- LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas à proteção de dados pessoais;

4.35. Implementar mecanismos de controle de acesso, autenticação e rastreabilidade das ações realizadas no ambiente;

4.36. Assegurar a utilização de criptografia para proteção de dados em trânsito e, quando aplicável, em repouso;

4.37. Manter registros de eventos (logs), garantindo sua integridade e disponibilidade para auditoria;

4.38. Dispor de mecanismos de backup e recuperação de dados, assegurando a continuidade dos serviços;

4.39. Comunicar à CONTRATANTE, em prazo razoável, a ocorrência de incidentes de segurança que possam comprometer os dados ou serviços;

4.40. Os dados e informações da CONTRATANTE deverão ser armazenados e processados em data centers localizados em território nacional, conforme consta no ETP, de modo a assegurar a soberania dos dados, a observância da legislação brasileira, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e a adequada fiscalização pela Administração Pública.

4.41. Adotar boas práticas de segurança da informação, alinhadas a padrões reconhecidos de mercado.

#### **Prova de Conceito**

### **Requisitos técnicos e funcionais**

4.42. Os requisitos mínimos da contratação são os exigidos no item 04 e item 7 do estudo técnico preliminar.

4.43. Será exigida a prova de conceito para licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar;

4.44. A Prova de Conceito tem por finalidade exclusiva verificar, de forma objetiva e simplificada, se a solução ofertada pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.45. A Prova de Conceito será solicitada apenas da licitante provisoriamente classificada, após o julgamento das propostas.

4.46. Caso a solução seja considerada não conforme, será convocada a próxima classificada, respeitada a ordem de classificação.

4.47. Escopo Mínimo da Prova de Conceito

4.48. A licitante deverá disponibilizar, temporariamente, ambiente demonstrativo contendo:

- 01 (uma) máquina virtual funcional;
- Acesso a painel de gerenciamento ou interface equivalente;
- Serviço de backup habilitado;
- Firewall virtual ou mecanismo equivalente de controle de acesso;
- Monitoramento básico de recursos.
- Não será exigida capacidade total contratada, nem ambiente com dimensionamento idêntico ao definitivo.

### **Itens a serem verificados**

#### **A avaliação será restrita à demonstração prática das seguintes funcionalidades:**

4.49. Provisionamento

- Criação ou apresentação de máquina virtual ativa;
- Acesso administrativo ao ambiente;
- Visualização de recursos alocados (CPU, memória e disco).

4.50. Backup

- Demonstração da existência de rotina de backup;
- Visualização de ponto de restauração disponível.
- Não será exigido teste completo de recuperação de desastre.

4.51. Segurança

- Demonstração de firewall ou controle de acesso ativo;
- Visualização de regra de bloqueio/liberação configurável.

4.52. Monitoramento

- Visualização de consumo básico de CPU, memória e armazenamento;
- Acesso a painel ou relatório simplificado.

4.53. Prazo

- A licitante deverá disponibilizar o ambiente demonstrativo em até 5 (cinco) dias úteis após convocação.

4.54. Critério de aprovação

- A Prova de Conceito será considerada:
- APROVADA, caso todas as funcionalidades mínimas sejam demonstradas;
- REPROVADA, caso haja impossibilidade de comprovação de qualquer funcionalidade essencial prevista neste Termo de Referência.
- A avaliação será objetiva, registrada em ata técnica fundamentada.

4.55. Disposições finais

- Não será exigida migração de dados institucionais reais;
- Não serão realizados testes de carga, estresse ou desempenho avançado;
- A PoC não substitui a fase de habilitação;
- Todos os custos relacionados à Prova de Conceito serão de responsabilidade da licitante.

4.56. A avaliação da Prova de Conceito deverá ser realizada de forma estritamente objetiva, limitando-se à verificação do atendimento aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.57. É vedada a utilização de critérios subjetivos, comparativos, de pontuação ou de julgamento discricionário, devendo a solução ser classificada exclusivamente como APROVADA ou REPROVADA, conforme o atendimento integral ou não dos requisitos exigidos.

4.58. A avaliação deverá ser devidamente registrada em ata técnica fundamentada, contendo a descrição dos testes realizados, os resultados obtidos e a conclusão quanto ao atendimento dos requisitos.

4.59. A realização da Prova de Conceito observará o princípio da publicidade, sendo facultado aos demais licitantes o acompanhamento da sessão, mediante prévio agendamento, sem interferência na avaliação técnica.

4.60. A data, horário e forma de realização da Prova de Conceito serão devidamente comunicados por meio do sistema eletrônico ou outro meio oficial.

**Sustentabilidade**

4.61. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.61.1. A contratada deverá observar as normas ambientais vigentes, adotando práticas que reduzam impactos ao meio ambiente, incluindo o uso racional de recursos naturais e a adequada destinação de resíduos, quando aplicável;

4.61.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais, insumos ou soluções que apresentem maior eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida; e

4.61.3. A execução contratual deverá considerar boas práticas de sustentabilidade, incluindo a redução de desperdícios, o uso consciente de insumos e, quando cabível, a adoção de logística reversa ou destinação ambientalmente adequada de resíduos.

**Subcontratação**

4.62. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.63. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, não se mostrando necessária como mecanismo de mitigação de riscos.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

4.64. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.64.1. A contratação será realizada considerando a prestação de serviços de computação em nuvem, incluindo provisionamento de infraestrutura, suporte técnico e operação assistida, com execução sob demanda, conforme necessidade da CONTRATANTE;

4.64.2. Os quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência representam uma previsão de consumo, não constituindo obrigação de contratação integral, podendo variar conforme a demanda efetiva do órgão; e

4.64.3. As propostas deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo serviços de suporte, manutenção, operação, encargos, tributos e demais despesas correlatas.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do contrato: em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato;

- A CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial de alinhamento a ser realizada após a assinatura do contrato, com o objetivo de definir o planejamento, a metodologia de execução, os canais de comunicação e demais aspectos operacionais da contratação, nessa reunião será abordado os seguintes tópicos, entre outros:

<b>Apresentação das equipes</b>	Indicação do responsável pelo recebimento das demandas da contratada; Definição dos pontos focais da contratante; Canais oficiais de comunicação.
<b>Escopo do serviço</b>	Reforço do objeto contratado Forma de execução (sob demanda, contínuo, etc.)
<b>Planejamento da execução</b>	Etapas da implantação (migração, configuração etc.) Cronograma inicial Definição de prioridades
<b>Metodologia de trabalho</b>	Uso de chamados (sistema, e-mail, etc.) Fluxo de atendimento Forma de acompanhamento das demandas
<b>Segurança da informação</b>	Regras de acesso LGPD Tratamento de dados Backup e recuperação
<b>Procedimentos de comunicação</b>	Como reportar incidentes Comunicação de falhas críticas Relatórios periódicos
<b>Operação assistida</b>	Como será conduzida Duração Transferência de conhecimento
<b>Gestão do contrato</b>	Forma de fiscalização Registro de ocorrências

6.1.2. Ao término da reunião, será lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os participantes, para fins de registro formal e comprovação de sua realização.

6.1.3. Início da execução do objeto: em até 5 (cinco) dias úteis após a reunião de alinhamento realizada pela CONTRATANTE e a CONTRATADA;

6.1.4. Deverá ser realizado cronograma contendo a descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, a título de exemplo:

- Cronograma de realização dos serviços:
- Etapa ... Período / a partir de / após concluído.

6.1.5. Os serviços a que se refere o item 16 do lote deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

6.1.5.1. Caso a CONTRATADA não consiga cumprir o prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE com antecedência mínima de 2 (dois) dias corridos do seu término, apresentando justificativa técnica fundamentada. A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da CONTRATANTE, por igual período.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

6.2. Os serviços serão executados predominantemente de forma remota, considerando a natureza do objeto contratado.

6.3. A reunião inicial de que trata o item 6.1.1 deverá ser realizada de forma presencial no seguinte endereço: Setor de Diversões Sul (SDS), Bloco A, Nº 44, Edifício Centro Comercial Boulevard (Conic) 4ª andar, sala 401/424, bairro: Asa Sul, cidade: Brasília/DF, CEP: 70.391-900;

6.3.1. A realização de reunião inicial de forma presencial justifica-se pela necessidade de alinhamento técnico e operacional entre as partes, especialmente quanto à arquitetura da solução, fluxos de comunicação, níveis de serviços e procedimentos relacionados à segurança da informação, garantindo maior efetividade na implementação inicial dos serviços de computação em nuvem;

6.3.2. A realização da reunião inicial de maneira remota poderá ser negociada a critério da CONTRATANTE.

6.4. Os serviços serão prestados de forma contínua, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, conforme a natureza da contratação, sem prejuízo de eventual atendimento presencial que deverá ocorrer, quando necessário, no período de segunda a sexta-feira, das 10:00 as 16:30.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.5. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.5.1. A CONTRATADA deverá assegurar a transferência ordenada das informações, conhecimentos técnicos, configurações e documentações relacionadas à solução implementada, de modo a garantir a continuidade dos serviços;

6.5.2. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico durante o período de transição, inclusive para a nova empresa contratada ou equipe interna da CONTRATANTE, quando aplicável; e

6.5.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar documentação atualizada do ambiente ("as built"), bem como orientações necessárias à continuidade da operação dos serviços.

6.5.4. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.6. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.7. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I. Ordem de Serviço;
- II. Ata de Reunião;

- III. Ofício;
- IV. Sistema de abertura de chamados;
- V. E-mails;
- VI. Relatórios técnicos e operacionais.

### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.8. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, independentemente do meio ou suporte, sendo vedada sua divulgação, reprodução ou utilização para fins diversos daqueles previstos neste Termo de Referência, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente.

6.9. Para fins de garantia do cumprimento das obrigações de sigilo e segurança da informação, deverão ser apresentados:

6.9.1. Termo de adesão ao código de conduta do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8º Região/DF, devendo este ser assinado pelo CONTRATADO;

6.9.2. Código de conduta do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8º Região/DF;

6.9.3. Termo de confidencialidade expedido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8º Região/DF, devendo este ser assinado pelo CONTRATADO.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **Do acompanhamento do contrato**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o CRECI-DF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O CRECI-DF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CRECI-DF poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Rotinas de Fiscalização**

7.5. A execução do contrato/ata de registro de preço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.11.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Fiscalização Administrativa**

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato/ata de registro de preço**

7.14. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.15. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



7.19. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.22. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.24. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. A modelagem da contratação adota, predominantemente, métricas baseadas em consumo de recursos computacionais (vCPU, memória, armazenamento), alinhadas ao conceito de elasticidade e escalabilidade inerente à computação em nuvem.

8.2. Excepcionalmente, para os serviços de suporte técnico e consultoria, optou-se pela utilização de unidade de medida em horas, em razão da natureza variável, não padronizável e sob demanda dessas atividades, cuja mensuração por resultado ou unidade de serviço em nuvem (USN) não se mostra tecnicamente adequada.

8.3. Ressalta-se que tais serviços possuem critérios objetivos de execução, níveis de criticidade e prazos de atendimento definidos, mitigando riscos de subjetividade na medição.

### **Recebimento**

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 10 (dez) dias úteis.

8.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.19. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.20. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.21. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.22. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.23. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.27. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.28. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo a análise das especificações constantes no item 1 deste Termo de Referência.

Liquidação

8.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGESME nº 77/2022.

8.30. O prazo de que trata o art. 7º, §3º da IN SEGES/ME 77/2022, será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31. Para fins de liquidação, a Unidade de Execução Orçamentária (UEO) deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.31.1. o prazo de validade;

8.31.2. a data da emissão;

8.31.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.31.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.31.5. o valor a pagar; e

8.32. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.33. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.34. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.36. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.38. Persistindo a irregularidade, o CRECI-DF deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.40. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.41. No caso de atraso pelo CRECI-DF, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária estabelecida no contrato.

#### **Forma de pagamento**

8.42. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante pagamento de boleto bancário.

8.43. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.44. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.45. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.46. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

8.47. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.48. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.49. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.50. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.51. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.52. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.53. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.54. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO**

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

<b>Id</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Glosa / Sanção</b>
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (.....) horas úteis.	Multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1% do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

9.4.4.8.1. Não realização de backups conforme a periodicidade estabelecida;

9.4.4.8.2. Descumprimento de protocolos de segurança que exponham dados da Administração a riscos, sem que haja perda efetiva;

9.4.4.8.3. Substituição de pessoal técnico especializado sem a prévia anuência da Contratante ou sem a manutenção da qualificação exigida no edital.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

10.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a execução dos serviços ocorrerá sob demanda, com variação nos quantitativos efetivamente utilizados ao longo da vigência contratual.

### **Exigências de habilitação**

10.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual (des)cumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

### **Habilitação jurídica**

10.4. Registro comercial, no caso de empresário individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.5. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.6. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Aviso;

10.7. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da participante, ou outra equivalente, na forma da lei;



10.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (certidão expedida pela Caixa Econômica Federal);

10.9. Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT emitida pela Justiça do Trabalho).

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.11. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

10.13. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante:

##### **Atestado técnico**

10.14. Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em características, quantidades e complexidade, tais como, exemplificativamente: serviços de computação em nuvem (IaaS, VPS ou similar), hospedagem de sistemas, gerenciamento de servidores virtuais, backup, segurança da informação ou monitoramento.

10.15. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.16. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.17. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.18. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.19. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.20. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

##### **Ambiente compatível**

10.21. A licitante deverá comprovar que possui ou disponibiliza infraestrutura compatível com a execução do objeto, podendo ser mediante:

- Declaração formal; ou

- Documentação técnica da plataforma utilizada (datacenter, cloud própria ou terceirizada).

#### **Equipe técnica mínima**

10.22. A licitante deverá comprovar que dispõe de equipe técnica qualificada, mediante declaração ou apresentação de profissionais com experiência em:

- Administração de ambiente Linux/Windows server;
- Virtualização e computação em nuvem;
- Segurança da informação e firewall;
- Backup e recuperação de dados.

10.23. Declaração de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, de todos os equipamentos, pessoal técnico e operacional necessários à execução dos serviços.

10.24. Todos os documentos deverão estar em nome do (a) licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Se o (a) licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

10.25. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação, deverão ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai fornecer o material/serviço objeto da presente licitação.

### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de: **R\$552.518,00** (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e dezoito reais).

### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na proposta orçamentária do CRECI-DF.

Brasília, 29 de abril de 2026.



Assinado digitalmente por:  
Marlon Souza da Cruz  
Cargo: Assessor Especial  
Data/Hora: 29/04/2026 10:55:29

Marlon Souza da Cruz  
Integrante requisitante

Davi Damasceno Cavalcante  
Integrante técnico TIC



Documento assinado digitalmente  
**DAVI DAMASCENO CAVALCANTE**  
Data: 29/04/2026 10:29:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS  
CRECI - 8ª REGIÃO  
ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- ASSETI**

1

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

---

Registro de preços para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI/DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais.

**Processo Administrativo n. 2026.7.000008**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. OBJETO .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. Descrição detalhada do objeto .....</b>	<b>4</b>
<b>2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, I) .....</b>	<b>4</b>
<b>3. PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL ((Art. 18, § 1º, II) .....</b>	<b>5</b>
<b>4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III) .....</b>	<b>5</b>
<b>5. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, IV e VI).....</b>	<b>9</b>
<b>6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, § 1º, V) .....</b>	<b>11</b>
<b>7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, § 1º, VII) .....</b>	<b>11</b>
<b>8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO OU NÃO (Art. 18, § 1º, VIII) .....</b>	<b>20</b>
<b>9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, IX) .....</b>	<b>21</b>
<b>10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 1º, X) .....</b>	<b>21</b>
<b>11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, XI) ..</b>	<b>22</b>
<b>12. IMPACTO AMBIENTAL (Art. 18, § 1º, XII) .....</b>	<b>22</b>
<b>13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §2º) .....</b>	<b>23</b>
<b>14. CONCLUSÃO (Art. 18, § 1º, XIII).....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Nos termos do § 2º do art. 18 da Lei n. 14.133/2021, o ETP deverá conter ao menos as informações constantes dos itens 1, 2, 5, 7, 9 e 14, conforme as seguintes informações<sup>1</sup>:

- I. Descrição da necessidade da contratação;
- II. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas de das memórias de cálculos e dos documentos que lhe dão suporte;
- III. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários, acompanhadas das memórias de cálculos e dos documentos que lhe dão suporte;
- IV. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação; e
- V. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Quando não contemplar os demais elementos previstos no § 1º do art. 18 da supracitada lei, deve-se apresentar as devidas justificativas.

## **1. OBJETO**

Registro de preços para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI/DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais.

### **1.1. Descrição detalhada do objeto**

1.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a análise da viabilidade e da necessidade de contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, compreendendo a disponibilização de infraestrutura tecnológica, recursos computacionais e serviços especializados destinados a suportar ambientes institucionais de missão crítica, aplicações corporativas, sistemas de informação, serviços digitais e dados sob responsabilidade da Administração.

1.1.2. A solução avaliada envolve a prestação continuada de serviços de computação em nuvem, incluindo, de forma integrada e escalável, recursos de processamento, memória, armazenamento, conectividade, virtualização e gerenciamento, bem como serviços associados de segurança da informação, monitoramento, backup, suporte técnico, operação assistida e serviços especializados, observadas as boas práticas de governança de Tecnologia da Informação.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, I)**

2.1. A necessidade da contratação decorre da demanda institucional por infraestrutura tecnológica segura, estável e continuamente disponível, capaz de suportar a operação de sistemas de informação, aplicações corporativas, serviços digitais e bases de dados essenciais às atividades finalísticas e administrativas.

2.2. O ambiente tecnológico atualmente requerido caracteriza-se por alta criticidade, exigindo níveis elevados de disponibilidade, desempenho, segurança da informação e capacidade de resposta a incidentes, de modo a minimizar riscos de interrupção dos serviços, perda de dados, comprometimento da integridade das informações e impactos negativos à continuidade das atividades institucionais.

2.3. Adicionalmente, o ambiente de servidores atualmente em uso encontra-se em estágio de esgotamento de capacidade. O servidor vigente dispõe de aproximadamente 1 TB de armazenamento, volume que atualmente supre apenas o sistema principal e parte dos arquivos correntes, não comportando expansão significativa de armazenamento, processamento (CPU) ou memória (RAM). Tal limitação impõe restrições operacionais relevantes, eleva o risco de indisponibilidade e dificulta a evolução tecnológica dos serviços institucionais.

2.4. Registre-se, ainda, que aproximadamente 3 TB de dados históricos remanescentes de sistema anteriormente utilizado encontram-se armazenados localmente, fora do ambiente principal, o que acarreta fragmentação das informações institucionais, aumento da complexidade de gestão, dificuldades de backup unificado e riscos operacionais relacionados à integridade e rastreabilidade dos dados.

2.5. Nesse contexto, o dimensionamento inicial de 10 TB de armazenamento para o novo servidor visa:

- Consolidar em ambiente único e seguro os dados atuais e históricos;

- Garantir armazenamento adequado para backups completos e incrementais;
- Permitir a manutenção de cópia de segurança do sistema SISCAC;
- Viabilizar a criação de ambiente de homologação espelhado do ambiente produtivo;
- Suportar o crescimento orgânico mensal do sistema institucional, do portal eletrônico e dos serviços digitais;
- Assegurar margem técnica compatível com a expansão prevista das atividades digitais da Autarquia.

2.6. A previsão de blocos adicionais de armazenamento SSD de 1 TB sob demanda, limitados contratualmente a até 40 TB, não representa contratação imediata do volume máximo, mas mecanismo de elasticidade e escalabilidade, permitindo expansão progressiva conforme a necessidade efetiva, especialmente diante da implementação de novos serviços digitais, virtualização de reuniões, ampliação de aplicações institucionais e incremento da digitalização de processos.

2.7. Tal estratégia de planejamento evita subdimensionamento da infraestrutura, reduz a necessidade de contratações emergenciais futuras, assegura continuidade operacional e demonstra racionalidade administrativa ao permitir crescimento controlado e tecnicamente justificado.

2.8. A evolução das demandas operacionais, o crescimento do volume de dados, a ampliação do uso de serviços digitais e a necessidade de observância às boas práticas de governança de Tecnologia da Informação evidenciam a insuficiência do modelo atual, bem como a necessidade de adoção de solução que permita escalabilidade, flexibilidade e atualização tecnológica contínua, sem a imposição de elevados custos iniciais ou riscos operacionais associados à manutenção de infraestrutura própria saturada.

2.9. Nesse cenário, a centralização dos serviços institucionais em ambiente integrado de computação em nuvem apresenta-se como alternativa tecnicamente adequada para mitigar os riscos identificados, simplificar a gestão da infraestrutura, otimizar recursos e assegurar maior previsibilidade operacional. Tal abordagem permite a consolidação de sistemas, aplicações e serviços em ambiente gerenciado, com ganhos em desempenho, segurança, disponibilidade e governança.

2.10. A contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem mostra-se, portanto, necessária para atender às necessidades identificadas, possibilitando a disponibilização de infraestrutura e serviços especializados alinhados às boas práticas de mercado, à legislação aplicável e aos objetivos estratégicos institucionais, cabendo ao presente Estudo Técnico Preliminar subsidiar a avaliação da viabilidade, do escopo e do modelo de contratação mais adequado.

### **3. PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, § 1º, II)**

3.1. Esta contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) da Autarquia para o exercício de 2026.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III)**

4.1. Os requisitos a seguir decorrem da análise técnica da necessidade institucional e indicam as características mínimas desejáveis da solução a ser avaliada, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços, a continuidade operacional, a segurança da informação e a aderência às boas práticas de governança de Tecnologia da Informação, servindo como subsídio para a elaboração do Termo de Referência.

## **4.2. Requisitos funcionais**

4.2.1. A análise técnica aponta como requisitos funcionais necessários à solução avaliada:

i. Disponibilização de ambiente de computação em nuvem, apto a hospedar sistemas, aplicações, serviços web, bancos de dados e demais ativos digitais institucionais, com suporte a arquiteturas virtualizadas e, quando aplicável, dedicadas.

ii. Capacidade de centralização dos serviços institucionais em um único ambiente lógico de computação em nuvem, permitindo a consolidação de aplicações, dados e serviços atualmente dispersos, com gestão integrada.

iii. Provisionamento e expansão dinâmica de recursos computacionais, incluindo processamento, memória e armazenamento, de forma escalável, conforme evolução das demandas institucionais, sem interrupção significativa dos serviços.

iv. Suporte a diferentes sistemas operacionais e plataformas, compatíveis com os ambientes utilizados por este Conselho, permitindo flexibilidade tecnológica e mitigação de riscos de obsolescência.

v. Disponibilização de serviços de segurança da informação, abrangendo mecanismos de proteção perimetral e lógica, controle de acessos, segregação de ambientes e proteção contra ameaças cibernéticas.

vi. Serviços de backup e recuperação de dados, com políticas de retenção e versionamento, permitindo a restauração de informações e sistemas em caso de falhas, incidentes ou perda de dados.

vii. Ferramentas de monitoramento e gerenciamento, capazes de acompanhar a disponibilidade, o desempenho e o consumo de recursos do ambiente, com geração de alertas e registros operacionais.

viii. Serviços de suporte técnico e atendimento especializado, em regime continuado, com diferentes níveis de complexidade, de forma a assegurar a resolução tempestiva de incidentes e demandas técnicas.

ix. Serviços técnicos especializados sob demanda, incluindo consultoria, migração de ambientes computacionais, ajustes arquiteturais e apoio à evolução tecnológica do ambiente.

x. Operação assistida e documentação técnica, visando assegurar a estabilidade do ambiente após migrações ou alterações relevantes e a adequada transferência de conhecimento à equipe deste Conselho.

## **4.3. Requisitos não funcionais**

4.3.1. A análise técnica identifica como requisitos não funcionais relevantes à solução avaliada:

i. Alta disponibilidade e continuidade operacional, compatíveis com ambientes de missão crítica, considerando a necessidade de operação ininterrupta dos serviços institucionais.

ii. Desempenho adequado e previsível, de modo a suportar cargas operacionais atuais e futuras, garantindo tempos de resposta compatíveis com aplicações corporativas críticas.

iii. Escalabilidade e flexibilidade tecnológica, permitindo ajustes graduais de capacidade e adoção de novas soluções ao longo da vigência contratual, sem necessidade de reestruturações disruptivas.



iv. Segurança da informação e proteção de dados, com adoção de controles técnicos e organizacionais alinhados às boas práticas e às normas aplicáveis, considerando confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

v. Monitoramento contínuo e rastreabilidade, com registro de eventos, logs e indicadores operacionais que possibilitem auditoria, análise de incidentes e acompanhamento da qualidade dos serviços.

vi. Confiabilidade e resiliência da infraestrutura, contemplando mecanismos de redundância e tolerância a falhas nos componentes críticos do ambiente.

vii. Gerenciabilidade e transparência, por meio de interfaces e relatórios que permitam à Administração acompanhar o consumo de recursos, o desempenho do ambiente e a execução dos serviços.

viii. Aderência às boas práticas de governança de TI, incluindo referenciais reconhecidos de gestão de serviços, segurança da informação e continuidade de negócios.

ix. Conformidade legal e regulatória, especialmente quanto à legislação aplicável à contratação pública, à proteção de dados pessoais e à segurança da informação.

x. Sustentabilidade e eficiência operacional, considerando o uso racional de recursos computacionais, eficiência energética e redução de custos associados à manutenção de infraestrutura própria saturada.

#### **4.4. Requisitos técnicos**

4.4.1. A execução do objeto compreenderá as etapas de ativação, migração, operação assistida e prestação continuada dos serviços, observando-se as condições estabelecidas neste Estudo Técnico.

4.4.2. Os serviços necessários a serem prestados em regime de atendimento contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano), sempre que necessários ao pleno funcionamento do ambiente contratado.

4.4.3. As atividades serão realizadas, preferencialmente, de forma remota, podendo haver atendimento presencial quando tecnicamente justificado e previamente acordado entre as partes.

4.4.4. As conexões remotas necessitam utilizar mecanismos seguros de acesso, com criptografia e autenticação, observando boas práticas de segurança da informação.

4.4.5. Recomenda-se a CONTRATADA promover reunião de início dos trabalhos em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, para levantamento das informações necessárias ao planejamento da migração.

4.4.6. Em até 10 (dez) dias úteis após a reunião inicial, a CONTRATADA recomenda-se apresentar à CONTRATANTE o Plano de Migração, contendo cronograma, riscos, estratégias de contingência e etapas da operação.

4.4.7. Eventuais ajustes no Plano de Migração recomendam-se ser realizados em até 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação da CONTRATANTE.

4.4.8. A ativação e migração do ambiente deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura da ata de registro/contrato, de acordo com a demanda do conselho, mediante o encaminhamento da ordem de serviços ou documento equivalente e aceite formal do Plano de Migração, salvo justificativa técnica devidamente aprovada.

4.4.9. A migração entende-se como necessário priorizar a continuidade dos serviços, minimizando impactos operacionais, sendo admitidas paradas pontuais apenas quando tecnicamente indispensáveis.

4.4.10. Após a conclusão da migração, recomenda-se a CONTRATADA entregar a documentação técnica “As Built” do ambiente em até 30 (trinta) dias.

- 4.4.11. Recomenda-se a CONTRATADA realizar operação assistida por, no mínimo, 2 (dois) meses, visando assegurar a estabilidade do ambiente e a transferência de conhecimento à equipe da CONTRATANTE.
- 4.4.12. Ao final da operação assistida, estando o ambiente em pleno funcionamento, recomenda-se a CONTRATADA emitir o Termo de Aceite da Solução.
- 4.4.13. O estudo técnico indica como necessário a CONTRATADA manter, durante toda a vigência contratual, os níveis mínimos de qualidade e desempenho definidos.
- 4.4.14. Todo o licenciamento necessário ao pleno funcionamento do ambiente poderá estar incluído nos valores contratados, não sendo admitidos custos adicionais.
- 4.4.15. Recomendamos que o suporte técnico possa ser prestado sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 4.4.16. A análise técnica aponta a necessidade de os serviços de suporte possam ser baseados em processo estruturado de atendimento, alinhado a boas práticas reconhecidas de gestão de serviços de TI (como ITIL ou ISO/IEC 20000).
- 4.4.17. Recomenda-se a CONTRATADA disponibilizar Ponto Único de Contato, operando em regime 24x7, para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados.
- 4.4.18. Indicamos como necessário que os atendimentos necessitam ocorrer em língua portuguesa do Brasil.
- 4.4.19. Considera-se tecnicamente adequado ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes canais de comunicação:
- Atendimento telefônico;
  - Correio eletrônico institucional;
  - Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI (ITSM).
- 4.4.20. Recomenda-se que todos os chamados possam ser registrados, acompanhados e encerrados em sistema único de ITSM, independentemente do canal de abertura.
- 4.4.21. O estudo técnico indica como necessário que os chamados possam ser classificados conforme severidade definida pela equipe técnica da CONTRATANTE.
- 4.4.22. Os prazos máximos para solução de incidentes são:

Nível	Severidade	Resposta	Contorno / Solução
1	Baixo	Até 2 dias úteis	Até 3 dias úteis
2	Médio	Até 8h	Até 1 dia útil
3	Alto	Até 4h	Até 8h
4	Crítico	Até 1 hora	Até 4h

- 4.4.23. O prazo de solução será contado a partir da abertura do chamado até a comunicação da solução definitiva e respectivo aceite pela **CONTRATANTE**.
- 4.4.24. Avalia-se como tecnicamente necessário a **CONTRATADA** dispor de ferramentas de monitoramento capazes de acompanhar a disponibilidade e o desempenho dos ativos, utilizando protocolos padrão de mercado.
- 4.4.25. O sistema de monitoramento avalia-se como adequado gerar alertas automáticos e notificações eletrônicas em caso de incidentes.
- 4.4.26. Para fins de mensuração da qualidade, será considerado tempo de indisponibilidade o período que exceder os prazos de solução definidos no SLA.
- 4.4.27. Não serão computadas como indisponibilidade as paradas programadas, desde que comunicadas com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis**.
- 4.4.28. Em situações críticas que afetem significativamente os serviços ou a segurança da informação, o estudo recomenda a **CONTRATADA** disponibilizar meios seguros de comunicação imediata para reuniões emergenciais, com acesso criptografado.

4.4.29. Disponibilidade mínima do ambiente: **99,9%** ao mês (exceto janelas programadas aprovadas).

#### 4.5. Prova de conceito

4.5.1. Considerando que a solução se destina a suportar ambientes institucionais de missão crítica e que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, avalia-se como indispensável a realização de uma Prova de Conceito (PoC) para a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

### 5. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, IV e VI)

LOTE ÚNICO								
Item	Catser	Categoria	Descrição	Consumo	QTD mês	QTD anual	Valor unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
<b>SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA</b>								
1	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível básico (Por Hora)	SOB DEMANDA	5	60	R\$ 410,00	R\$2.050,00
2	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50
3	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível avançado (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50
4	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24	R\$ 416,25	R\$832,50
5	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24	R\$765,00	R\$1530,00
6	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo ampliado (1h)	SOB DEMANDA	2	24	R\$765,00	R\$1530,00
<b>INFRAESTRUTURA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM</b>								
7	27081	Computação em Nuvem	Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit); 50 vCPUs; 200 GB de memória RAM; 10 TB de espaço em disco SSD; 10 IPs válidos; Proteção antivírus ativa; Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Link dedicado mínimo 100 Mbps. Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação; Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores; JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação;	MENSAL	1	12	R\$645,83	R\$7.750,00

			LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade; KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot					
8	27081	Computação em Nuvem	Memória RAM adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	SOB DEMANDA	200	2.400	R\$9,25	R\$1850,00
9	27081	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600	R\$31,72	R\$1.586,00
10	27081	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480	R\$387,50	R\$15.500,00
11	27081	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120	R\$28,75	R\$287,50
12	27081	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12	R\$204,17	R\$2.450,00
<b>LICENCIAMENTO, PAINEL E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>								
13	27081	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12	R\$132,54	R\$1.590,50
14	27081	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600	R\$15,60	R\$780,00
15	27081	Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou equivalente) + plugins	Contratação de plugins, módulos, ferramentas e melhorias técnicas para monitoramento, otimização, segurança e gestão do ambiente VPS e aplicações web, incluindo monitoramento em tempo real de armazenamento, desempenho, disponibilidade e uso de recursos, baseados em Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação.	SOB DEMANDA	1	12	R\$50,00	R\$600,00
<b>IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO</b>								
16	27081	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	Serviços especializados de implantação de ambiente de computação em nuvem, compreendendo migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida,	PAGAMENTO ÚNICO	1	1	R\$6.041,67	R\$72.500,00

			testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.					
Valor total estimado: R\$552.518,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e dezoito reais)								

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, § 1º, V)

6.1. O levantamento de mercado indica a disponibilidade ampla de fornecedores aptos a fornecer os bens descritos nesse documento.

6.2. O Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a estimativa de preço deve ser compatível com os valores de mercado e deve, preferencialmente, ser obtida a partir de bancos de dados públicos de custos. A utilização de bancos de preços públicos (Contratações Similares) e cotações diretas com fornecedores do ramo para a estimativa de preços do objeto é a que melhor reflete os preços efetivamente praticados pelo mercado em um ambiente competitivo (licitações), exigido pela Nova Lei de Licitações.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, § 1º, VII)

7.1. Características mínimas de infraestrutura de Datacenter seguro.

7.2. O estudo técnico considera os serviços de Computação em Nuvem como de alta criticidade, indicando como necessário que a solução avaliada disponha de infraestrutura adequada, com mecanismos de redundância, resiliência e continuidade operacional, de forma a suportar níveis mínimos de serviço compatíveis, especialmente no que se refere à disponibilidade do Data Center.

7.3. A análise técnica aponta como requisito necessário que a infraestrutura de Data Center considerada esteja localizada em território nacional, em região que possibilite adequada conectividade, com infraestrutura de energia elétrica e telecomunicações redundantes e independentes, assegurando latência compatível com aplicações corporativas críticas.

7.4. A exigência de localização em território nacional fundamenta-se na necessidade de observância à LGPD, à soberania dos dados e à facilitação da fiscalização contratual.

7.5. Entende-se como tecnicamente adequado que o Data Center avaliado possua reconhecimento comprovado no mercado, com níveis de disponibilidade compatíveis com ambientes de missão crítica, contemplando infraestrutura predial, elétrica, de climatização e de rede.

7.6. Para atendimento aos requisitos de disponibilidade e resiliência, o estudo técnico adota como referência infraestruturas classificadas no padrão Tier III do Uptime Institute ou padrão técnico equivalente, desde que devidamente comprovado por entidade reconhecida.

7.7. À luz das boas práticas de governança de TI, recomenda-se que os serviços avaliados estejam alinhados a normas internacionais de gestão da qualidade, de serviços de TI, de segurança da informação, de privacidade e de proteção de dados, tais como as normas ISO/IEC aplicáveis, cabendo ao processo de contratação definir os meios de comprovação da conformidade.

7.8. Avalia-se como necessário que a infraestrutura considerada permita a adoção de soluções híbridas, integrando de forma transparente serviços de Colocation, Hosting, Infraestrutura como Serviço (IaaS) e ambientes de nuvem privada.

7.9. Considera-se tecnicamente adequado que o Data Center disponha de infraestrutura física projetada especificamente para a prestação de serviços de

hospedagem de aplicações e equipamentos, assegurando ambiente seguro, controlado e com acesso restrito.

7.10. O estudo técnico indica como necessário que a solução avaliada contemple ferramentas de gerenciamento e monitoramento dos recursos computacionais, incluindo armazenamento, memória e processamento, com visualização de consumo, capacidade disponível, gráficos, alarmes, níveis de serviço e registro de solicitações, por meio de interface web segura, com controle de acesso e mecanismos de autenticação.

7.11. Nos cenários em que sejam considerados recursos do tipo “Bare Metal”, avalie-se como adequado que haja disponibilidade de espaço físico exclusivo para acomodação dos equipamentos do cliente, de modo a garantir segregação e segurança.

7.12. Entende-se como necessário que o Data Center avaliado possua infraestrutura compatível com a instalação de cabeamento e equipamentos de operadoras de telecomunicações, conforme as necessidades decorrentes dos serviços analisados.

7.13. A análise técnica aponta como requisito relevante que o edifício do Data Center conte com segurança patrimonial especializada, operando em regime contínuo, com controle de acesso físico, monitoramento por CFTV, mecanismos de detecção de intrusão e registro de eventos.

7.14. Considera-se compatível com ambientes críticos que o ambiente disponha de sistema de monitoramento por câmeras, com gravação contínua ou por evento, retenção mínima das imagens e possibilidade de auditoria, observadas as normas aplicáveis.

7.15. O estudo técnico indica como boa prática que os equipamentos sejam instalados em racks apropriados para ambientes de missão crítica, com organização de cabeamento, controle de acesso físico e adoção de práticas adequadas de refrigeração e eficiência energética.

7.16. Avalia-se como tecnicamente necessário que cada rack disponha de alimentação elétrica redundante, com circuitos independentes, protegidos por sistemas de no-breaks e grupos geradores, visando à alta disponibilidade do ambiente.

7.17. Entende-se como requisito técnico adequado que o Data Center avaliado disponha de sistema de climatização de precisão, com capacidade escalável, redundância e controle compatível com as cargas térmicas instaladas.

7.18. A análise técnica considera necessário que a infraestrutura elétrica do Data Center avaliado conte com grupos geradores configurados para alta disponibilidade, com autonomia compatível com ambientes críticos, de modo a assegurar a continuidade dos serviços em caso de falha no fornecimento de energia comercial.

7.19. Análise comparativa de soluções e Custo Total de Propriedade (TCO) Para fins de avaliação da alternativa mais vantajosa à Administração, foram analisados os seguintes cenários:

#### **7.19.1. Manutenção/expansão de infraestrutura local (on-premises):**

Envolve aquisição de novos servidores, storage, licenças de software, sistemas de backup, infraestrutura de rede, segurança da informação, além de custos indiretos como energia elétrica, refrigeração, espaço físico, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e eventual substituição por obsolescência tecnológica. Adicionalmente, este modelo exige:

- investimento inicial elevado;
- necessidade de equipe técnica especializada permanente;
- riscos associados à indisponibilidade por falha de hardware;
- limitação de escalabilidade e tempo elevado para expansão de capacidade.

- A permanência da solução on-premises acarretará custos recorrentes associados à atualização de hardware.

#### **7.19.2. Adoção de solução de computação em nuvem:**

Caracteriza-se pela contratação sob demanda de recursos computacionais (IaaS/PaaS), incluindo infraestrutura, segurança, backup, monitoramento e suporte.

Este modelo contempla:

- eliminação de investimentos iniciais elevados;
- escalabilidade sob demanda;
- alta disponibilidade e redundância nativa;
- atualização tecnológica contínua;
- redução de custos operacionais indiretos.

#### **7.19.3. Custos adicionais considerados (TCO):**

Para ambos os cenários, foram considerados os custos totais ao longo do ciclo de vida da solução, incluindo:

- custos de aquisição ou contratação;
- custos de operação e manutenção;
- custos de energia e infraestrutura física;
- custos de licenciamento;
- custos de migração de ambiente;
- custos de treinamento da equipe técnica;
- custos relacionados a riscos operacionais e indisponibilidade.

7.20. A análise do Custo Total de Propriedade (TCO) demonstra que a solução em nuvem apresenta maior vantajosidade econômica e operacional ao longo do tempo, especialmente pela redução de investimentos iniciais, maior previsibilidade de custos, escalabilidade e mitigação de riscos tecnológicos, sendo, portanto, a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade institucional.

7.21. No que se refere a escolha quanto a nuvem híbrida privada ou pública, cabe salientar alguns pontos que se fizeram presentes para a escolha do tipo de nuvem, vejamos:

#### **Nuvem pública**

7.21.1. A nuvem pública é um modelo de computação em que os recursos de TI (servidores, armazenamento, redes e aplicações) são disponibilizados por um provedor externo e compartilhados entre múltiplos clientes, sendo acessados via internet.

Características:

- Infraestrutura compartilhada
- Alta escalabilidade sob demanda
- Cobrança conforme uso
- Baixo investimento inicial

#### **Nuvem privada**

7.21.2. A nuvem privada consiste em uma infraestrutura de computação em nuvem dedicada a uma única organização, podendo estar localizada em ambiente próprio (on-premise) ou em data center de terceiros, mas com uso exclusivo.

Características:

- Ambiente exclusivo (não compartilhado)
- Maior controle sobre dados e infraestrutura
- Elevado nível de segurança

- Customização conforme necessidades institucionais

### **Nuvem híbrida**

7.21.3. A nuvem híbrida é a combinação entre nuvem pública e privada, permitindo que dados e aplicações sejam distribuídos entre ambos os ambientes.

Características:

- Integração entre ambientes
- Flexibilidade operacional
- Possibilidade de balancear custo e segurança

### **Justificativa para a escolha da nuvem híbrida**

7.22. A escolha pela adoção do modelo de nuvem privada fundamenta-se na necessidade de garantir maior controle, segurança e confiabilidade sobre os dados e sistemas institucionais da Autarquia.

7.23. Diferentemente da nuvem pública, que opera em ambiente compartilhado entre múltiplos usuários, a nuvem privada assegura que toda a infraestrutura tecnológica seja dedicada exclusivamente ao órgão, reduzindo significativamente os riscos relacionados à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

7.24. Adicionalmente, considerando que as soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação constituem suporte essencial aos processos institucionais, conforme definido pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, faz-se necessária a adoção de um ambiente que permita maior governança, controle de acessos e aderência às políticas de segurança da informação.

7.25. A utilização de nuvem privada também possibilita maior customização da infraestrutura, adequando-se às necessidades específicas da Autarquia, bem como maior previsibilidade de desempenho e disponibilidade dos serviços, fatores essenciais para a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

7.26. Por fim, a escolha se justifica pela necessidade de observância às boas práticas de segurança da informação, proteção de dados institucionais e mitigação de riscos operacionais, especialmente em relação à dependência de ambientes compartilhados e à exposição de dados sensíveis.

7.27. Solução proposta:

ITEM	TIPO ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	CONSUMO	QTD MÊS	QTD ANO
1	S1	Suporte	Suporte técnico remoto – nível básico (Por Hora)	SOB DEMANDA	5	60
2	S2	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24
3	S3	Suporte	Suporte técnico remoto – nível avançado (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24
4	S4	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24
5	C1	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24
6	C2	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo ampliado (1h)	SOB DEMANDA	2	24



7	NV1	Computação em Nuvem	<p>Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais</p> <p>01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</p> <p>50 vCPUs;</p> <p>200 GB de memória RAM; 10 TB de espaço em disco SSD;</p> <p>10 IPs válidos; Proteção antivírus ativa;</p> <p>Link dedicado mínimo 100 Mbps.</p> <p>Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida;</p> <p>Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação;</p> <p>Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores;</p> <p>JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação;</p> <p>LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade;</p> <p>KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</p>	MENSAL	1	12
8	NV2	Computação em Nuvem	Memória RAM adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	SOB DEMANDA	200	2.400
9	NV3	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600
10	NV4	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480
11	NV5	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120
12	NV6	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12
13	CS1	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12
14	CS2	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600
15	PL1	Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou equivalente) + plugins	<p>Serviços especializados de implantação de ambiente de computação em nuvem, compreendendo migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida, testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.</p>	SOB DEMANDA	1	12

16	MIG1	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	Serviços especializados de migração de ambientes computacionais, incluindo servidores, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sites e serviços correlatos, entre ambientes, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, com planejamento, execução assistida, validação e garantia de integridade dos dados	PAGAMENT O ÚNICO	1	1
----	------	--	--	------------------	---	---

<b>01. ITEM 01- "S1"</b>	<p>a. Suporte remoto de 1º nível, compreendendo consultas assistidas, orientações técnicas, manutenções de rotina, ajustes simples, configurações programadas e esclarecimento de dúvidas operacionais.</p> <p>b. Atendimento destinado a usuários e administradores para uso adequado dos serviços contratados.</p> <p>c. Baixo impacto/planejado.</p> <p>d. Até 2 dias úteis para resposta.</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <p>f. Este item é essencial para garantir a continuidade operacional diária, absorvendo demandas recorrentes e de baixa complexidade, evitando que incidentes simples evoluam para indisponibilidades maiores.</p> <p>g. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas de rotina;</li> <li>• Ausência de impacto crítico nos serviços;</li> <li>• Não há risco imediato à integridade dos dados.</li> </ul>
<b>02. ITEM 02- "S2"</b>	<p>a. Suporte remoto de 2º nível, com diagnóstico de falhas funcionais, correções de configuração, manutenção programada e ajustes de ambiente.</p> <p>b. Atendimento a incidentes que impactam parcialmente serviços ou recursos.</p> <p>c. Impacto moderado</p> <p>d. Até 8h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessário para restaurar rapidamente funcionalidades degradadas e garantir níveis aceitáveis de serviço, evitando impacto prolongado aos sistemas institucionais.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Perda parcial de funcionalidade;</li> <li>•Não há perda iminente de dados;</li> <li>•Necessidade de ação técnica emergencial moderada.</li> </ul>
<b>03. ITEM 03- "S3"</b>	<p>a. Suporte remoto avançado para diagnóstico aprofundado de falhas complexas, ajustes avançados de configuração e intervenção em serviços críticos.</p> <p>b. Atuação em incidentes que afetam significativamente processos de negócio.</p> <p>c. Impacto alto</p> <p>d. Até 4h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Garante capacidade de resposta a falhas que impactam diretamente os sistemas finalísticos, reduzindo riscos de paralisação institucional.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Processos do negócio significativamente afetados;</li> <li>•Risco potencial à integridade dos dados;</li> <li>•Necessidade de solução técnica imediata.</li> </ul>
<b>04. ITEM 04- "S4"</b>	<p>a. Suporte remoto especializado com foco reativo, envolvendo diagnóstico de problemas críticos de software, desempenho, arquitetura ou segurança.</p> <p>b. Intervenção em situações de alta criticidade.</p> <p>c. Indisponibilidade total.</p> <p>d. Até 1h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Indispensável para cenários de crise, falhas graves ou incidentes de segurança, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Serviços essenciais indisponíveis;</li> <li>•Ausência de solução alternativa;</li> <li>•Impacto severo no negócio;</li> <li>•Necessidade de configuração ou correção especializada.</li> </ul>
<b>05. ITEM 05- "C1"</b>	<p>a. Consultoria com foco preventivo, abrangendo revisão de capacidade, desempenho, segurança, atualizações e análise de vulnerabilidades.</p> <p>b. Apoio à melhoria contínua do ambiente computacional.</p>

	<p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para antecipar riscos, planejar crescimento e evitar subdimensionamento ao longo do contrato.</li> </ul>
<b>06. ITEM 06- "C2"</b>	<p>a. Consultoria para implementação de novas tecnologias, migrações complexas, projetos de infraestrutura, treinamento e documentação.</p> <p>b. Apoio à evolução arquitetural do ambiente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite adaptação tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência e garantindo aderência às melhores práticas.</li> </ul>
<b>07. ITEM 07- "NV1"</b>	<p>a. Recomenda-se ser ofertada solução de servidor compatível com os sistemas operacionais Windows Server Datacenter e Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit), à escolha do contratante, contemplando, no mínimo, os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</li> <li>• 50 vCPUs;</li> <li>• 200 GB de memória RAM;</li> <li>• 10 TB de espaço em disco SSD;</li> <li>• 10 IPs válidos</li> <li>• Proteção antivírus ativa;</li> <li>• Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida.</li> <li>• Link dedicado mínimo 100 Mbps.</li> <li>• Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação</li> <li>• Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores</li> <li>• JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação</li> <li>• LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade</li> <li>• KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</li> </ul> <p>b. A solução necessita garantir desempenho, segurança e compatibilidade plena com o sistema operacional selecionado.</p> <p>c. Recomenda-se estar protegido por cluster de virtualização com recursos de migração habilitados ou outra tecnologia resiliente.</p> <p>d. Recursos devem estar disponíveis para criação/execução de VMs conforme demanda da CONTRATANTE, respeitando os limites agregados contratados;</p> <p>e. Disponibilizar acesso de gerenciamento (portal/painel) ou interface equivalente;</p> <p>f. VLANs devem permitir segmentação e isolamento lógico;</p> <p>g. Endereçamento IP deve ser público e roteável, com documentação;</p> <p>h. Snapshots e backups devem permitir restauração sob fluxo acordado.</p> <p>i. A análise técnica aponta como requisito relevante que a CONTRATADA possa fornecer, licenciar, instalar, configurar e manter as seguintes soluções de software, ou equivalentes técnicos devidamente comprovados.</p> <p>j. Recomenda-se que as soluções equivalentes possam comprovar, por documentação técnica do fabricante ou testes de homologação, atendimento às mesmas funcionalidades, níveis de desempenho, segurança, compatibilidade e suporte exigidos para o ambiente.</p> <p>k. A infraestrutura NV1 compreende exclusivamente os recursos computacionais e de rede internos ao ambiente do provedor de nuvem.</p> <p>l. Com base nos dados do ambiente atual e nas diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para o dimensionamento do Item NV1 (Ambiente Base de Computação em Nuvem) fundamenta-se na consolidação de serviços, na superação da exaustão tecnológica e na previsão de crescimento institucional.</p> <p>m. Abaixo, detalho a análise técnica comparativa e a fundamentação para os recursos solicitados:</p> <p>n. Memória RAM (De 87 GB para 200 GB)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do Atual: A soma da memória utilizada pelos serviços listados (itens 1 a 5, 7 e 8) totaliza 87 GB de RAM.</li> <li>• Justificativa do Salto: O ETP registra que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, impossibilitando melhorias.</li> </ul> <p>o. Fundamentação: O incremento para 200 GB (aproximadamente 84% de reserva) justifica-se pela necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender aos itens 06 (Homologação) e 09 (Aplicativo Visita Segura), que atualmente não possuem recursos alocados ou mensurados na tabela.</li> <li>• Garantir a escalabilidade e flexibilidade para cargas operacionais futuras e evitar subdimensionamento, conforme as boas práticas de governança.</li> <li>• Suportar a consolidação de aplicações anteriormente dispersas em um único ambiente lógico de gestão integrada.</li> </ul> <p>p. Processamento - vCPU (De 34 Cores para 50 vCPUs)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do Atual: A infraestrutura atual utiliza um total de 34 cores de processamento.</li> <li>• Justificativa: O dimensionamento de 50 vCPUs no ambiente NV1 representa um crescimento moderado e conservador (cerca de 17,6%).</li> <li>• Fundamentação: Este aumento visa prover um desempenho adequado e previsível para sistemas de missão crítica, como o ERP e o Banco de Dados, garantindo que picos de utilização não gerem indisponibilidade. A centralização em nuvem exige uma margem para a camada de virtualização e suporte a múltiplos sistemas operacionais (Windows e Linux) simultâneos.</li> </ul> <p>q. Armazenamento SSD (De 5TB para 10 TB)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do Atual: O ambiente atualmente totaliza aproximadamente 5.000 GB (≈5 TB) de armazenamento, distribuídos entre diferentes tecnologias e finalidades. Esse volume contempla o ambiente de produção, ambiente de homologação, repositórios de armazenamento e demandas relacionadas a futuras melhorias e evoluções do sistema.</li> <li>• Justificativa do Salto: O ETP estabelece a necessidade de 10.000 GB (10 TB) em SSD, considerando não apenas o crescimento natural do ambiente, mas também a modernização da infraestrutura, ganhos de desempenho e a implementação de novas soluções e inovações previstas para o sistema. A ampliação garante maior capacidade, escalabilidade, performance e suporte às futuras demandas operacionais e estratégicas.</li> <li>• Fundamentação:</li> <li>• Desempenho: A migração de discos possivelmente mecânicos ou híbridos para SSD full é essencial para aplicações com alta demanda de I/O, como o Banco de Dados (Item 3 da tabela) e sistemas críticos.</li> <li>• Segurança e Backup: A nova solução deve comportar o repositório de arquivos e o backup gerenciado com 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa) por mês. O armazenamento deve cobrir não apenas os dados vivos, mas a política de versionamento e integridade exigida para a continuidade do negócio.</li> <li>• Esgotamento: O documento aponta que não é mais viável expandir o armazenamento atual, o que justifica a margem para o crescimento do volume de dados institucionais e arquivos digitais.</li> </ul> <p>r. Conectividade e Segurança Integrada</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Link e Firewall: Embora o sistema atual não detalhe o link, o NV1 exige um link dedicado mínimo de 100 Mbps e proteção antivírus ativa.</li> <li>• Justificativa: Isso garante a conectividade estável e segura para o tráfego IP entre o Data Center e os usuários do Conselho, suportando o acesso ao ERP e Portais de forma ininterrupta.</li> </ul> <p>s. Conclusão Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O dimensionamento proposto para o Item NV1 (50 vCPUs, 200 GB RAM, 10 TB SSD) não é apenas uma reposição do parque atual, mas uma atualização estratégica para garantir a continuidade operacional e a resiliência contra falhas graves.</li> </ul>
08. ITEM 08- “NV2”	<p>a. Acréscimo unitário de memória RAM para máquinas virtuais.</p> <p>b. Expansões sob demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para absorver crescimento de carga, novos sistemas e aumento de usuários ao longo dos anos.</li> </ul>
09. ITEM 09- “NV3”	<p>a. Acréscimo unitário de capacidade de processamento (vCPU).</p> <p>b. Expansão dinâmica conforme demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite adequação de desempenho sem interrupções, garantindo estabilidade dos serviços.</li> </ul>
10. ITEM 10- “NV4”	<p>a. Fornecimento de armazenamento em SSD para aplicações de alto desempenho.</p> <p>b. Expansível e resiliente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratação de armazenamento adicional em SSD, sob demanda e em blocos de 1 TB, é estratégica para assegurar <b>alto desempenho, disponibilidade e segurança</b> aos ambientes que suportam bancos de dados, aplicações críticas e sistemas com elevada demanda de I/O.</li> <li>• O uso de tecnologia SSD garante maior velocidade de leitura e gravação, reduz latência e evita gargalos operacionais que podem comprometer a experiência do usuário e a continuidade dos serviços. Além disso, a modalidade sob demanda proporciona <b>elasticidade e escalabilidade</b>, permitindo expansão conforme o crescimento do volume de dados, sem necessidade de investimentos antecipados em capacidade ociosa.</li> <li>• A solução também contribui para: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Mitigação de riscos de indisponibilidade</b>, ao suportar políticas de redundância e alta disponibilidade;</li> <li>2. <b>Proteção e integridade das informações</b>, com suporte a estratégias de backup e recuperação de desastres;</li> <li>3. <b>Otimização de custos</b>, ao possibilitar a segregação entre dados críticos, históricos e backups, direcionando cada tipo de informação ao nível de desempenho adequado;</li> </ol> </li> </ul>

	<p><b>4. Suporte a iniciativas de inovação</b>, incluindo a ampliação da capacidade para gravação de reuniões, armazenamento de mídias digitais e novas funcionalidades previstas para evolução dos sistemas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A previsão de até 40 blocos mensais (480 anuais) assegura capacidade suficiente para atender ao crescimento projetado, às melhorias tecnológicas planejadas e às demandas futuras, mantendo a eficiência operacional e a sustentabilidade da infraestrutura em nuvem.</li> </ul>
<b>11. ITEM 11- “NV5”</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Locação de endereços IP públicos dedicados.</li> <li>Uso contínuo em ambiente de nuvem.</li> <li>Justificativa Técnica</li> </ol> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Necessário para publicação de sistemas, serviços web, VPNs e integrações externas.</b></li> </ul>
<b>12. ITEM 12- “NV6”</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Backup diário gerenciado com RPO máximo de 4 horas para sistemas críticos e RTO máximo de 4 horas; testes de restauração semestrais com relatório de conformidade, incluindo políticas de retenção, versionamento, armazenamento seguro e suporte à restauração de dados e sistemas. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Backup gerenciado com retenção mínima de 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa).</li> <li>• Monitoramento de falhas de backup e alertas;</li> <li>• Restauração sob solicitação;</li> <li>• Snapshots: até 15 por VM/mês.</li> </ul> </li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para proteção contra perda de dados, falhas operacionais, incidentes de segurança e ataques cibernéticos, atendendo princípios de continuidade de negócios e boas práticas de governança de TI.</li> </ul> </li> </ol>
<b>13. ITEM 13- “CS1”</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Fornecimento de serviço de firewall de próxima geração (NGFW + SIEM), em formato virtual ou físico, incluindo licenciamento, atualizações e funcionalidades avançadas de segurança.</li> <li>Firewall stateful; políticas; inspeção; logs; suporte IPv4/IPv6; VPN; segmentação e regras por serviços</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Necessário para proteção perimetral do ambiente, controle de tráfego, prevenção contra ameaças, ataques e acessos não autorizados, alinhado às boas práticas de segurança da informação.</b></li> </ul> </li> </ol>
<b>14. ITEM 14- “CS2”</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Serviço de proteção corporativa de endpoints, destinado às estações de trabalho e eventuais servidores que realizem acesso administrativo, operacional ou remoto ao ambiente de computação em nuvem contratado, incluindo funcionalidades de antivírus, antimalware, proteção contra ransomware e gerenciamento centralizado.</li> <li>Deverá contemplar console de gestão centralizada, atualização automática de assinaturas e mecanismos de proteção, geração de relatórios gerenciais e aplicação de políticas de segurança conforme a solução ofertada.</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A solução de proteção de endpoints integra a estratégia de segurança em camadas (defense in depth) do ambiente de computação em nuvem, considerando que as estações de trabalho da Autarquia constituem pontos de acesso e administração dos recursos hospedados. A proteção adequada desses dispositivos reduz o risco de comprometimento de credenciais, propagação de malware e incidentes que possam impactar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados institucionais. Trata-se, portanto, de medida complementar essencial à segurança do ambiente cloud contratado, não configurando contratação autônoma de solução de segurança corporativa desvinculada do objeto principal.</b></li> </ul> </li> </ol>
<b>15. ITEM 15- “PL1”</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Serviços técnicos complementares vinculados exclusivamente ao ambiente de computação em nuvem contratado, destinados à operação, segurança, desempenho, monitoramento e compatibilidade técnica da infraestrutura provisionada. Poderão incluir a ativação de módulos ou ferramentas de monitoramento, observabilidade e análise de logs e métricas, desde que utilizados exclusivamente para a gestão da infraestrutura cloud contratada e compatíveis com a arquitetura da solução ofertada. É vedada a utilização deste item para inclusão de novos sistemas corporativos, desenvolvimento de software ou ampliação do escopo originalmente contratado.</li> <li>Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A previsão de serviços técnicos complementares visa assegurar flexibilidade operacional e capacidade de adequação contínua do ambiente de computação em nuvem às necessidades institucionais, especialmente quanto a requisitos de segurança, desempenho, atualização tecnológica e estabilidade operacional.</b></li> </ul> </li> </ol>
<b>16. ITEM 16- “MIG1”</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Serviços especializados para implantação total de ambientes computacionais, compreendendo migração, instalação e configuração de recursos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação.</li> <li>Migração entre: <ul style="list-style-type: none"> <li>• ambientes on-premises, VPS, nuvem privada, nuvem pública ou híbrida;</li> <li>• diferentes fornecedores de infraestrutura;</li> </ul> </li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• diferentes tecnologias de virtualização;</li> <li>• diferentes versões de sistemas operacionais, plataformas ou aplicações.</li> </ul> <p>c. Elaboração e execução de plano de migração, contendo análise de riscos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• inventário detalhado dos ativos a serem migrados;</li> <li>• análise de riscos técnicos e operacionais;</li> <li>• definição de janelas de migração;</li> <li>• definição de estratégia de rollback em caso de falha;</li> <li>• validação técnica pré e pós-migração.</li> </ul> <p>d. Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados durante todo o processo.</p> <p>e. Instalação e configuração do ambiente. Após o provisionamento da infraestrutura, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do ambiente computacional, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• criação e configuração de máquinas virtuais;</li> <li>• configuração de armazenamento em nuvem;</li> <li>• configuração de redes virtuais, sub-redes e endereçamento IP;</li> <li>• configuração de firewall e políticas de segurança de rede;</li> <li>• configuração de acesso remoto seguro;</li> <li>• instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicações necessárias;</li> <li>• configuração de rotinas de backup e recuperação de dados;</li> <li>• configuração de monitoramento da infraestrutura e serviços.</li> </ul> <p>f. Ao final da implantação, deverão ser realizados testes e validações, contemplando no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• painel de gerenciamento da infraestrutura acessível e credenciais administrativas entregues à contratante;</li> <li>• domínios e DNS devidamente configurados e válidos;</li> <li>• serviços web e aplicações respondendo adequadamente;</li> <li>• rotinas de backup configuradas e testes de restauração realizados;</li> <li>• firewall de próxima geração (NGFW) configurado com regras e geração de logs;</li> <li>• plugins, serviços e componentes instalados e operacionais;</li> <li>• conectividade e acesso remoto testados;</li> <li>• validação do funcionamento das máquinas virtuais e recursos provisionados.</li> </ul> <p>g. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A implantação e migração de ambientes computacionais constitui atividade crítica e estratégica, com impacto direto na continuidade dos serviços institucionais, segurança da informação e integridade dos dados. A adoção de serviços especializados para execução dessas atividades garante:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1. planejamento adequado da migração;</li> <li>2. redução de riscos operacionais;</li> <li>3. preservação da integridade dos dados;</li> <li>4. continuidade dos serviços institucionais;</li> <li>5. implantação segura e estruturada do ambiente em nuvem</li> </ol> </li> </ul>
--	--

## 8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO OU NÃO (Art. 18, § 1º, VIII)

8.1. Conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do Art. 40º da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2. O objeto exige a contratação de empresa única, que será responsável pela execução e integração total da solução, bem como pela garantia unificada dos serviços prestados.

8.3. Nos termos do art. 40, §3º, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando “o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido”, sendo esta a hipótese verificada na situação concreta.



## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, IX)**

9.1 Com a contratação da solução descrita neste Estudo Técnico Preliminar, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

9.1.1. Garantia de continuidade operacional dos sistemas institucionais, com redução significativa do risco de indisponibilidade, falhas críticas e interrupções de serviços essenciais à atividade finalística da CONTRATANTE.

9.1.2. Aumento dos níveis de disponibilidade, desempenho e confiabilidade das aplicações e serviços hospedados, por meio de infraestrutura de Data Center segura, resiliente e adequada a ambientes de missão crítica.

9.1.3. Fortalecimento da segurança da informação, com adoção de mecanismos de proteção perimetral, proteção de endpoints, backup gerenciado, controle de acessos e monitoramento contínuo, reduzindo a exposição a incidentes cibernéticos, vazamentos de dados e falhas operacionais.

9.1.4. Melhoria da capacidade de gestão e governança de TI, com disponibilização de ferramentas de monitoramento, painéis de controle e registros de atendimento, ampliando a visibilidade, o controle e a rastreabilidade das operações tecnológicas.

9.1.5. Flexibilidade e escalabilidade do ambiente computacional, permitindo expansão ou adequação dinâmica de recursos de processamento, memória, armazenamento e conectividade, conforme evolução da demanda institucional.

9.1.6. Redução de riscos associados à obsolescência tecnológica, por meio de serviços de consultoria, suporte especializado e possibilidade de evolução contínua da arquitetura, sem necessidade de contratações fragmentadas ou emergenciais.

9.1.7. Otimização do uso dos recursos públicos, ao adotar modelo de contratação que combina serviços mensais com itens sob demanda, possibilitando adequação do consumo às reais necessidades da CONTRATANTE.

9.1.8. Mitigação de riscos em processos de migração tecnológica, assegurando planejamento estruturado, execução controlada, validação técnica e preservação da integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

9.1.9. Aumento da maturidade institucional em tecnologia da informação, alinhando a infraestrutura e os serviços contratados às boas práticas de mercado, às recomendações dos órgãos de controle e aos princípios de eficiência, economicidade e sustentabilidade.

9.2. Dessa forma, os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à melhoria da prestação dos serviços públicos, ao fortalecimento da governança de TI e à sustentação segura e eficiente das atividades institucionais da CONTRATANTE.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 1º, X)**

Antes da formalização do contrato, recomenda-se a adoção das seguintes providências administrativas, técnicas e operacionais:

### **Designação formal de equipe de fiscalização e gestão contratual**

10.1. Indicação formal do Gestor do Contrato e do Fiscal Técnico, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

10.2. Definição clara das atribuições quanto ao acompanhamento de SLA, disponibilidade, incidentes e faturamento por consumo sob demanda;

10.3. Capacitação mínima da equipe quanto ao modelo de contratação em nuvem.

### **Consolidação e validação do inventário tecnológico**

- 10.4. Levantamento atualizado de todos os ativos a serem migrados (servidores, VMs, bancos de dados, aplicações, domínios, IPs, certificados digitais);
- 10.5. Identificação de dependências técnicas entre sistemas;
- 10.6. Classificação da criticidade dos serviços;
- 10.7. Validação da volumetria real de dados.

### **Revisão e validação do plano de migração**

- 10.8. Após a adjudicação e antes da execução;
- 10.9. Realização de reunião técnica de alinhamento inicial (kick-off) entre a equipe da CONTRATANTE e da CONTRATADA;
- 10.10. Validação do cronograma de migração;
- 10.11. Definição formal das janelas de indisponibilidade;

### **Verificação documental e de conformidade**

- 10.12. Comprovação da localização do Data Center em território nacional;
- 10.13. Comprovação do padrão Tier III ou equivalente;
- 10.14. Apresentação de certificações;
- 10.15. Declaração de conformidade com a LGPD;

### **Definição da política de segurança da informação aplicada ao contrato**

- 10.16. Definição de responsabilidades quanto à guarda, tratamento e acesso a dados;
- 10.17. Formalização de termo de confidencialidade;
- 10.18. Registro dos perfis autorizados.

### **Plano de transição do ambiente atual**

- 10.19. Definição de período de convivência entre ambiente antigo e novo;
- 10.20. Estratégia de desativação segura do ambiente atual;
- 10.21. Garantia de preservação de dados históricos.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, XI)**

- 11.1. Não há contratações correlatas ou diretamente vinculadas a esta.

## **12. IMPACTO AMBIENTAL (Art. 18, § 1º, XII)**

12.1. A contratação proposta possui impacto ambiental indireto e de baixa materialidade, uma vez que se trata predominantemente da prestação de serviços de tecnologia da informação em ambiente de Data Center, sem execução de obras civis, supressão vegetal, intervenções físicas significativas ou geração relevante de resíduos sólidos no âmbito da CONTRATANTE.

12.2. A adoção de serviços de computação em nuvem e infraestrutura compartilhada tende a representar impacto ambiental inferior quando comparada a ambientes próprios (on-premises), na medida em que promove melhor aproveitamento de recursos



computacionais, racionalização do consumo energético e redução da ociosidade de equipamentos, alinhando-se às práticas de eficiência operacional e sustentabilidade, conforme diretrizes de consumo responsável e uso eficiente de recursos previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2025).

12.3. Considera-se ambientalmente favorável a utilização de Data Centers projetados para ambientes de missão crítica, que adotem práticas consolidadas de eficiência energética, gerenciamento térmico e otimização do uso de energia elétrica, tais como sistemas de climatização de precisão, monitoramento de consumo e uso racional de recursos, em consonância com a orientação do Guia quanto à adoção de soluções que reduzam o consumo de energia e demais recursos naturais.

12.4. A centralização dos serviços em Data Center especializado contribui para a redução indireta da emissão de gases de efeito estufa, ao minimizar deslocamentos técnicos recorrentes, visitas presenciais para manutenção e substituições frequentes de equipamentos locais, além de reduzir a necessidade de infraestrutura física distribuída, alinhando-se à diretriz de redução de impactos ambientais ao longo do ciclo de vida da contratação.

12.5. No que se refere ao ciclo de vida dos equipamentos, a responsabilidade pela aquisição, manutenção, substituição e descarte ambientalmente adequado dos ativos de infraestrutura permanece sob gestão da CONTRATADA, devendo observar as normas ambientais aplicáveis, inclusive quanto à destinação final de resíduos eletrônicos, em consonância com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis quanto à correta gestão de resíduos e, quando aplicável, à logística reversa.

12.6. Dessa forma, conclui-se que a solução avaliada apresenta impacto ambiental reduzido, com potencial de efeitos positivos indiretos, ao incentivar o uso racional de recursos, a eficiência energética e a modernização tecnológica, estando alinhada ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável e às boas práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

### **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §2º)**

13.1. Após a análise técnica, operacional e estratégica apresentada neste documento, declara-se viável a contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI-DF.

13.2 Considerando que os bens/serviços descritos nesse documento são considerados comuns, isto é, “cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal n. 14.133, recomenda-se que a contratação seja realizada por meio de pregão, sob a modalidade eletrônica, nos termos do art. 28º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

13.3 Quanto ao critério de julgamento, recomenda-se a adoção do menor preço global, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n. 14.133/2021, tendo em vista a

adequação deste critério em relação ao objeto da licitação e à modalidade adotada (pregão).

#### **14. CONCLUSÃO (Art. 18, § 1º, XIII)**

14.1. Diante da análise técnica e econômica das soluções de mercado, a migração para um ambiente de computação segura em nuvem apresenta-se como a estratégia mais adequada às necessidades do CRECI-DF. A medida viabilizará a modernização da operação tecnológica, otimizando o desempenho dos serviços administrativos e garantindo a resiliência necessária para o pleno funcionamento dos sistemas institucionais."

Brasília-DF, 29 de abril de 2026.



Assinado digitalmente por:  
Marlon Souza da Cruz  
Cargo: Assessor Especial  
Data/Hora: 29/04/2026 11:24:01

Marlon Souza da Cruz  
ASSETI



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF  
Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0xx/2026**

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 8ª REGIÃO/DF, doravante denominado CONTRATANTE, inscrito no CNPJ sob o nº 00.105.650/0001-00, Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com sede nesta Capital, no SD/Sul, Bloco “A”, nº 44, Ed. Boulevard Center, 4º andar, Salas 401/424, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **SOLON AMARAL DE SOUZA** e por seu Diretor Tesoureiro, Sr. **CARLOS MAGNO DOS SANTOS**, brasileiros, Corretores de Imóveis, considerando o julgamento do Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2026 publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no aviso de Concorrência de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o “Registro de preço para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI-DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, seus anexos e nesta Ata de Registro de Preços.

1.2. Esta ATA vincula-se ao termo de referência, edital de Pregão Eletrônico e propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s):

LOTE ÚNICO									
Item	Catser	Categoria	Descrição	Consumo	QTD mês	QTD anual	Valor unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor total (R\$)
SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA									
1	27081	Suporte	Suporte técnico remoto –	SOB	5	60			

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS****8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL****UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

			nível básico (Por Hora)	DEMANDA					
2	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
3	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível avançado (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
4	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
5	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24			
6	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo ampliado (1h)	SOB DEMANDA	2	24			
<b>INFRAESTRUTURA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM</b>									
7	27081	Computação em Nuvem	Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit); 50 vCPUs; 200 GB de memória RAM; 10 TB de espaço em disco SSD; 10 IPs válidos; Proteção antivírus ativa; Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Link dedicado mínimo 100 Mbps. Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação; Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores; JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação; LiteSpeed ou servidor	MENSAL	1	12			

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS****8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL****UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

			web equivalente em desempenho e compatibilidade; KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot						
8	27081	Computação em Nuvem	Memória RAM adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	SOB DEMANDA	200	2.400			
9	27081	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600			
10	27081	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480			
11	27081	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120			
12	27081	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12			
<b>LICENCIAMENTO, PAINEL E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>									
13	27081	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12			
14	27081	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600			
15	27081	Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou equivalente) + plugins	Contratação de plugins, módulos, ferramentas e melhorias técnicas para monitoramento, otimização, segurança e gestão do ambiente VPS e aplicações web, incluindo monitoramento em tempo real de armazenamento, desempenho, disponibilidade e uso de recursos, baseados em Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação.	SOB DEMANDA	1	12			
<b>IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO</b>									
			Serviços especializados de implantação de ambiente de computação		1	1			

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS****8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL****UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

16	27081	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	em nuvem, compreendendo migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida, testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.	PAGAMENTO ÚNICO					
Valor total:									

01. ITEM 01- “S1”	<ul style="list-style-type: none"><li>a. Suporte remoto de 1º nível, compreendendo consultas assistidas, orientações técnicas, manutenções de rotina, ajustes simples, configurações programadas e esclarecimento de dúvidas operacionais.</li><li>b. Atendimento destinado a usuários e administradores para uso adequado dos serviços contratados.</li><li>c. Baixo impacto/planejado.</li><li>d. Até 2 dias úteis para resposta.</li><li>e. Justificativa Técnica</li><li>f. Este item é essencial para garantir a continuidade operacional diária, absorvendo demandas recorrentes e de baixa complexidade, evitando que incidentes simples evoluam para indisponibilidades maiores.</li><li>g. Critérios de Elegibilidade<ul style="list-style-type: none"><li>• Demandas de rotina;</li><li>• Ausência de impacto crítico nos serviços;</li><li>• Não há risco imediato à integridade dos dados.</li></ul></li></ul>
02. ITEM 02- “S2”	<ul style="list-style-type: none"><li>a. Suporte remoto de 2º nível, com diagnóstico de falhas funcionais, correções de configuração, manutenção programada e ajustes de ambiente.</li><li>b. Atendimento a incidentes que impactam parcialmente serviços ou recursos.</li><li>c. Impacto moderado</li><li>d. Até 8h para resposta</li><li>e. Justificativa Técnica<ul style="list-style-type: none"><li>•Necessário para restaurar rapidamente funcionalidades degradadas e garantir níveis aceitáveis de serviço,</li></ul></li></ul>



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

	<p>evitando impacto prolongado aos sistemas institucionais.</p> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Perda parcial de funcionalidade;</li><li>• Não há perda iminente de dados;</li><li>• Necessidade de ação técnica emergencial moderada.</li></ul>
<b>03. ITEM 03- “S3”</b>	<p>a. Suporte remoto avançado para diagnóstico aprofundado de falhas complexas, ajustes avançados de configuração e intervenção em serviços críticos.</p> <p>b. Atuação em incidentes que afetam significativamente processos de negócio.</p> <p>c. Impacto alto</p> <p>d. Até 4h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Garante capacidade de resposta a falhas que impactam diretamente os sistemas finalísticos, reduzindo riscos de paralisação institucional.</li></ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Processos do negócio significativamente afetados;</li><li>• Risco potencial à integridade dos dados;</li><li>• Necessidade de solução técnica imediata.</li></ul>
<b>04. ITEM 04- “S4”</b>	<p>a. Suporte remoto especializado com foco reativo, envolvendo diagnóstico de problemas críticos de software, desempenho, arquitetura ou segurança.</p> <p>b. Intervenção em situações de alta criticidade.</p> <p>c. Indisponibilidade total.</p> <p>d. Até 1h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Indispensável para cenários de crise, falhas graves ou incidentes de segurança, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.</li></ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Serviços essenciais indisponíveis;</li><li>• Ausência de solução alternativa;</li><li>• Impacto severo no negócio;</li><li>• Necessidade de configuração ou correção especializada.</li></ul>
<b>05. ITEM 05- “C1”</b>	<p>a. Consultoria com foco preventivo, abrangendo revisão de capacidade, desempenho, segurança, atualizações e análise de vulnerabilidades.</p> <p>b. Apoio à melhoria contínua do ambiente computacional.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Essencial para antecipar riscos, planejar crescimento e evitar subdimensionamento ao longo do contrato.</li></ul>
<b>06. ITEM 06- “C2”</b>	<p>a. Consultoria para implementação de novas tecnologias, migrações complexas, projetos de infraestrutura, treinamento e documentação.</p> <p>b. Apoio à evolução arquitetural do ambiente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Permite adaptação tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência e garantindo aderência às melhores práticas.</li></ul>
<b>07. ITEM 07- “NV1”</b>	<p>a. Recomenda-se ser ofertada solução de servidor compatível com os sistemas operacionais Windows Server Datacenter e Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit), à escolha do contratante, contemplando, no mínimo, os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</li><li>• 50 vCPUs;</li><li>• 200 GB de memória RAM;</li><li>• 10 TB de espaço em disco SSD;</li><li>• 10 IPs válidos</li><li>• Proteção antivírus ativa;</li><li>• Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida.</li><li>• Link dedicado mínimo 100 Mbps.</li><li>• Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação</li><li>• Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores</li></ul>



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

- JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação
- LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade
- KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot
- b. A solução necessita garantir desempenho, segurança e compatibilidade plena com o sistema operacional selecionado.
- c. Recomenda-se estar protegido por cluster de virtualização com recursos de migração habilitados ou outra tecnologia resiliente.
- d. Recursos devem estar disponíveis para criação/execução de VMs conforme demanda da CONTRATANTE, respeitando os limites agregados contratados;
- e. Disponibilizar acesso de gerenciamento (portal/painel) ou interface equivalente;
- f. VLANs devem permitir segmentação e isolamento lógico;
- g. Endereçamento IP deve ser público e roteável, com documentação;
- h. Snapshots e backups devem permitir restauração sob fluxo acordado.
- i. A análise técnica aponta como requisito relevante que a CONTRATADA possa fornecer, licenciar, instalar, configurar e manter as seguintes soluções de software, ou equivalentes técnicos devidamente comprovados.
- j. Recomenda-se que as soluções equivalentes possam comprovar, por documentação técnica do fabricante ou testes de homologação, atendimento às mesmas funcionalidades, níveis de desempenho, segurança, compatibilidade e suporte exigidos para o ambiente.
- k. A infraestrutura NV1 compreende exclusivamente os recursos computacionais e de rede internos ao ambiente do provedor de nuvem.
- l. Com base nos dados do ambiente atual e nas diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para o dimensionamento do Item NV1 (Ambiente Base de Computação em Nuvem) fundamenta-se na consolidação de serviços, na superação da exaustão tecnológica e na previsão de crescimento institucional.
- m. Abaixo, detalho a análise técnica comparativa e a fundamentação para os recursos solicitados:
- n. Memória RAM (De 87 GB para 200 GB)
  - Análise do Atual: A soma da memória utilizada pelos serviços listados (itens 1 a 5, 7 e 8) totaliza 87 GB de RAM.
  - Justificativa do Salto: O ETP registra que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, impossibilitando melhorias.
- o. Fundamentação: O incremento para 200 GB (aproximadamente 84% de reserva) justifica-se pela necessidade de:
  - Atender aos itens 06 (Homologação) e 09 (Aplicativo Visita Segura), que atualmente não possuem recursos alocados ou mensurados na tabela.
  - Garantir a escalabilidade e flexibilidade para cargas operacionais futuras e evitar subdimensionamento, conforme as boas práticas de governança.
  - Suportar a consolidação de aplicações anteriormente dispersas em um único ambiente lógico de gestão integrada.
- p. Processamento - vCPU (De 34 Cores para 50 vCPUs)
  - Análise do Atual: A infraestrutura atual utiliza um total de 34 cores de processamento.
  - Justificativa: O dimensionamento de 50 vCPUs no ambiente NV1 representa um crescimento moderado e conservador (cerca de 17,6%).
  - Fundamentação: Este aumento visa prover um desempenho adequado e previsível para sistemas de missão crítica, como o ERP e o Banco de Dados, garantindo que picos de utilização não gerem indisponibilidade. A centralização em nuvem exige uma margem para a camada de virtualização e suporte a múltiplos sistemas operacionais (Windows e Linux) simultâneos.
- q. Armazenamento SSD (De 5TB para 10 TB)
  - Análise do Atual: O ambiente atualmente totaliza aproximadamente 5.000 GB (≈5 TB) de armazenamento, distribuídos entre diferentes tecnologias e finalidades. Esse volume contempla o ambiente de produção, ambiente de homologação, repositórios de armazenamento e demandas relacionadas a futuras melhorias e evoluções do sistema.
  - Justificativa do Salto: O ETP estabelece a necessidade de 10.000 GB (10 TB) em SSD, considerando não apenas o crescimento natural do ambiente, mas também a modernização da infraestrutura, ganhos de desempenho e a implementação de novas soluções e inovações previstas para o sistema. A ampliação garante maior capacidade, escalabilidade, performance e suporte às futuras demandas operacionais e estratégicas.
  - Fundamentação:
  - Desempenho: A migração de discos possivelmente mecânicos ou híbridos para SSD full é essencial para





## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

	<p>aplicações com alta demanda de I/O, como o Banco de Dados (Item 3 da tabela) e sistemas críticos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Segurança e Backup: A nova solução deve comportar o repositório de arquivos e o backup gerenciado com 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa) por mês. O armazenamento deve cobrir não apenas os dados vivos, mas a política de versionamento e integridade exigida para a continuidade do negócio.</li><li>• Esgotamento: O documento aponta que não é mais viável expandir o armazenamento atual, o que justifica a margem para o crescimento do volume de dados institucionais e arquivos digitais.</li></ul> <p>r. Conectividade e Segurança Integrada</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Link e Firewall: Embora o sistema atual não detalhe o link, o NV1 exige um link dedicado mínimo de 100 Mbps e proteção antivírus ativa.</li><li>• Justificativa: Isso garante a conectividade estável e segura para o tráfego IP entre o Data Center e os usuários do Conselho, suportando o acesso ao ERP e Portais de forma ininterrupta.</li></ul> <p>s. Conclusão Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O dimensionamento proposto para o Item NV1 (50 vCPUs, 200 GB RAM, 10 TB SSD) não é apenas uma reposição do parque atual, mas uma atualização estratégica para garantir a continuidade operacional e a resiliência contra falhas graves.</li></ul>
08. ITEM 08- “NV2”	<p>a. Acréscimo unitário de memória RAM para máquinas virtuais.</p> <p>b. Expansões sob demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Essencial para absorver crescimento de carga, novos sistemas e aumento de usuários ao longo dos anos.</li></ul>
09. ITEM 09- “NV3”	<p>a. Acréscimo unitário de capacidade de processamento (vCPU).</p> <p>b. Expansão dinâmica conforme demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Permite adequação de desempenho sem interrupções, garantindo estabilidade dos serviços.</li></ul>
10. ITEM 10- “NV4”	<p>a. Fornecimento de armazenamento em SSD para aplicações de alto desempenho.</p> <p>b. Expansível e resiliente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A contratação de armazenamento adicional em SSD, sob demanda e em blocos de 1 TB, é estratégica para assegurar <b>alto desempenho, disponibilidade e segurança</b> aos ambientes que suportam bancos de dados, aplicações críticas e sistemas com elevada demanda de I/O.</li><li>• O uso de tecnologia SSD garante maior velocidade de leitura e gravação, reduz latência e evita gargalos operacionais que podem comprometer a experiência do usuário e a continuidade dos serviços. Além disso, a modalidade sob demanda proporciona <b>elasticidade e escalabilidade</b>, permitindo expansão conforme o crescimento do volume de dados, sem necessidade de investimentos antecipados em capacidade ociosa.</li><li>• A solução também contribui para:<ol style="list-style-type: none"><li>1. <b>Mitigação de riscos de indisponibilidade</b>, ao suportar políticas de redundância e alta disponibilidade;</li><li>2. <b>Proteção e integridade das informações</b>, com suporte a estratégias de backup e recuperação de desastres;</li><li>3. <b>Otimização de custos</b>, ao possibilitar a segregação entre dados críticos, históricos e backups, direcionando cada tipo de informação ao nível de desempenho adequado;</li><li>4. <b>Suporte a iniciativas de inovação</b>, incluindo a ampliação da capacidade para gravação de reuniões, armazenamento de mídias digitais e novas funcionalidades previstas para evolução dos sistemas.</li></ol></li><li>• A previsão de até 40 blocos mensais (480 anuais) assegura capacidade suficiente para atender ao crescimento projetado, às melhorias tecnológicas planejadas e às demandas futuras, mantendo a eficiência operacional e a sustentabilidade da infraestrutura em nuvem.</li></ul>
11. ITEM 11- “NV5”	<p>a. Locação de endereços IP públicos dedicados.</p> <p>b. Uso contínuo em ambiente de nuvem.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Necessário para publicação de sistemas, serviços web, VPNs e integrações externas.</li></ul>
12. ITEM 12- “NV6”	<p>a. Backup diário gerenciado com RPO máximo de 4 horas para sistemas críticos e RTO máximo de 4 horas; testes de restauração semestrais com relatório de conformidade, incluindo políticas de retenção, versionamento, armazenamento seguro e suporte à restauração de dados e sistemas.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Backup gerenciado com retenção mínima de 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa).</li><li>• Monitoramento de falhas de backup e alertas;</li><li>• Restauração sob solicitação;</li></ul>



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Snapshots: até 15 por VM/mês.</li></ul> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Essencial para proteção contra perda de dados, falhas operacionais, incidentes de segurança e ataques cibernéticos, atendendo princípios de continuidade de negócios e boas práticas de governança de TI.</li></ul>
<b>13. ITEM 13- “CS1”</b>	<p>a. Fornecimento de serviço de firewall de próxima geração (NGFW + SIEM), em formato virtual ou físico, incluindo licenciamento, atualizações e funcionalidades avançadas de segurança.</p> <p>b. Firewall stateful; políticas; inspeção; logs; suporte IPv4/IPv6; VPN; segmentação e regras por serviços</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Necessário para proteção perimetral do ambiente, controle de tráfego, prevenção contra ameaças, ataques e acessos não autorizados, alinhado às boas práticas de segurança da informação.</li></ul>
<b>14. ITEM 14- “CS2”</b>	<p>a. Serviço de proteção corporativa de endpoints, destinado às estações de trabalho e eventuais servidores que realizem acesso administrativo, operacional ou remoto ao ambiente de computação em nuvem contratado, incluindo funcionalidades de antivírus, antimalware, proteção contra ransomware e gerenciamento centralizado.</p> <p>b. Deverá contemplar console de gestão centralizada, atualização automática de assinaturas e mecanismos de proteção, geração de relatórios gerenciais e aplicação de políticas de segurança conforme a solução ofertada.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A solução de proteção de endpoints integra a estratégia de segurança em camadas (defense in depth) do ambiente de computação em nuvem, considerando que as estações de trabalho da Autarquia constituem pontos de acesso e administração dos recursos hospedados. A proteção adequada desses dispositivos reduz o risco de comprometimento de credenciais, propagação de malware e incidentes que possam impactar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados institucionais. Trata-se, portanto, de medida complementar essencial à segurança do ambiente cloud contratado, não configurando contratação autônoma de solução de segurança corporativa desvinculada do objeto principal.</li></ul>
<b>15. ITEM 15- “PL1”</b>	<p>a. Serviços técnicos complementares vinculados exclusivamente ao ambiente de computação em nuvem contratado, destinados à operação, segurança, desempenho, monitoramento e compatibilidade técnica da infraestrutura provisionada. Poderão incluir a ativação de módulos ou ferramentas de monitoramento, observabilidade e análise de logs e métricas, desde que utilizados exclusivamente para a gestão da infraestrutura cloud contratada e compatíveis com a arquitetura da solução ofertada. É vedada a utilização deste item para inclusão de novos sistemas corporativos, desenvolvimento de software ou ampliação do escopo originalmente contratado.</p> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A previsão de serviços técnicos complementares visa assegurar flexibilidade operacional e capacidade de adequação contínua do ambiente de computação em nuvem às necessidades institucionais, especialmente quanto a requisitos de segurança, desempenho, atualização tecnológica e estabilidade operacional.</li></ul>
<b>16. ITEM 16- “MIG1”</b>	<p>a. Serviços especializados para implantação total de ambientes computacionais, compreendendo migração, instalação e configuração de recursos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação.</p> <p>b. Migração entre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• ambientes on-premises, VPS, nuvem privada, nuvem pública ou híbrida;</li><li>• diferentes fornecedores de infraestrutura;</li><li>• diferentes tecnologias de virtualização;</li><li>• diferentes versões de sistemas operacionais, plataformas ou aplicações.</li></ul> <p>c. Elaboração e execução de plano de migração, contendo análise de riscos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• inventário detalhado dos ativos a serem migrados;</li><li>• análise de riscos técnicos e operacionais;</li><li>• definição de janelas de migração;</li><li>• definição de estratégia de rollback em caso de falha;</li><li>• validação técnica pré e pós-migração.</li></ul> <p>d. Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados durante todo o processo.</p> <p>e. Instalação e configuração do ambiente. Após o provisionamento da infraestrutura, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do ambiente computacional, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• criação e configuração de máquinas virtuais;</li><li>• configuração de armazenamento em nuvem;</li><li>• configuração de redes virtuais, sub-redes e endereçamento IP;</li><li>• configuração de firewall e políticas de segurança de rede;</li><li>• configuração de acesso remoto seguro;</li><li>• instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicações necessárias;</li></ul>



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

	<ul style="list-style-type: none"><li>• configuração de rotinas de backup e recuperação de dados;</li><li>• configuração de monitoramento da infraestrutura e serviços.</li></ul> <p>f. Ao final da implantação, deverão ser realizados testes e validações, contemplando no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• painel de gerenciamento da infraestrutura acessível e credenciais administrativas entregues à contratante;</li><li>• domínios e DNS devidamente configurados e válidos;</li><li>• serviços web e aplicações respondendo adequadamente;</li><li>• rotinas de backup configuradas e testes de restauração realizados;</li><li>• firewall de próxima geração (NGFW) configurado com regras e geração de logs;</li><li>• plugins, serviços e componentes instalados e operacionais;</li><li>• conectividade e acesso remoto testados;</li><li>• validação do funcionamento das máquinas virtuais e recursos provisionados.</li></ul> <p>g. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A implantação e migração de ambientes computacionais constitui atividade crítica e estratégica, com impacto direto na continuidade dos serviços institucionais, segurança da informação e integridade dos dados. A adoção de serviços especializados para execução dessas atividades garante:</li></ul> <ol style="list-style-type: none"><li>1. planejamento adequado da migração;</li><li>2. redução de riscos operacionais;</li><li>3. preservação da integridade dos dados;</li><li>4. continuidade dos serviços institucionais;</li><li>5. implantação segura e estruturada do ambiente em nuvem</li></ol>
--	---

2.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 8ª Região.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no aviso* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item

5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no aviso*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Concorrência Eletrônica, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do aviso*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos



## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a





## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a



## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;





## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### 10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX/XX/2026.

10.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

#### 11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e anexos.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

**UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

cancelamento do registro do fornecedor.

**12. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1 É competente para dirimir as controvérsias oriundas da presente avença, o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal. Estando justos e contratados, firmam

11.2. O presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um único fim.

Brasília/DF, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026

Solon Amaral de Sousa  
Presidente

Carlos Magno dos santos  
Diretor Tesoureiro

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: xxx.xxx.xxx-xx



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

**UNIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

SDS - Bloco A - Nº 44 – Centro Comercial Boulevard – 4º Andar – Salas 401/404 - CEP 70.391-900 -Brasília– DF

Telefone: (61) 3321-1010 – site: [www.crecidf.gov.br](http://www.crecidf.gov.br) - e-mail: [dalic@crecidf.gov.br](mailto:dalic@crecidf.gov.br)

**ANEXO I -DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CADASTRO RESERVA PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Empresa:  
CNPJ:  
Inscrição municipal:  
Endereço:  
CEP:  
E-mail:  
Representante legal:  
Telefone:

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original

Empresa:  
CNPJ:  
Inscrição municipal:  
Endereço:  
CEP:  
E-mail:  
Representante legal:  
Telefone



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III**

**CONTRATO NºXX/2026**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
**xx/2026**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO  
REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA OITAVA  
REGIÃO/DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS – CRECI 8ª REGIÃO/DF, doravante denominado CONTRATANTE, inscrito no CNPJ sob o nº 00.105.650/0001-00, Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede nesta Capital, no SDS/Sul, Bloco “A”, nº 44, Ed. Boulevard Center, 4º andar, Salas 401/410, neste ato representado pela Diretoria Interventora, composta pelo seu Presidente, Sr. Solon Amaral de Souza, e pelo Diretor Tesoureiro, Sr. Carlos Magno dos Santos, brasileiros, Corretores de Imóveis, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº (xxxx/2026), prevista no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, oriunda do processo administrativo nº **2026**, RESOLVEM firmar contrato com a empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede à [ENDEREÇO], telefone: ([XX]) XXXX-XXXX, e-mail: [E-MAIL], mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**([art. 92, I e II](#))

“Contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI-DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais)”.

LOTE ÚNICO									
Item	Catser	Categoria	Descrição	Consumo	QTD mês	QTD anual	Valor unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor total (R\$)
SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA									
1	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível básico (Por Hora)	SOB DEMANDA	5	60			
2	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
3	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível avançado (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
5	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24			
6	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo ampliado (1h)	SOB DEMANDA	2	24			
<b>INFRAESTRUTURA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM</b>									
7	27081	Computação em Nuvem	Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit); 50 vCPUs; 200 GB de memória RAM; 10 TB de espaço em disco SSD; 10 IPs válidos; Proteção antivírus ativa; Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Link dedicado mínimo 100 Mbps. Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida; Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação; Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores; JetBackup ou solução equivalente de backup	MENSAL	1	12			



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

			e recuperação; LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade; KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot						
<b>8</b>	27081	Computação em Nuvem	Memória RAM adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	SOB DEMANDA	200	2.400			
<b>9</b>	27081	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600			
<b>10</b>	27081	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480			
<b>11</b>	27081	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120			
<b>12</b>	27081	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12			
<b>LICENCIAMENTO, PAINEL E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>									
<b>13</b>	27081	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12			
<b>14</b>	27081	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600			
<b>15</b>	27081	Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou	Contratação de plugins, módulos, ferramentas e melhorias técnicas para monitoramento, otimização, segurança e gestão do ambiente VPS e aplicações web, incluindo monitoramento em tempo real de armazenamento, desempenho, disponibilidade e uso de recursos, baseados em Painel de controle	SOB DEMANDA	1	12			



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

		equivalente) + plugins	com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação.						
<b>IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO</b>									
16	27081	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	Serviços especializados de implantação de ambiente de computação em nuvem, compreendendo migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida, testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.	PAGAMENTO ÚNICO	1	1			
<b>Valor total estimado: R\$537.118,00 (quinhentos e trinta e sete mil, cento e dezoito reais)</b>									

<b>01. ITEM</b> <b>“S1”</b>	<b>01-</b>	a. Suporte remoto de 1º nível, compreendendo consultas assistidas, orientações técnicas, manutenções de rotina, ajustes simples, configurações programadas e esclarecimento de dúvidas operacionais. b. Atendimento destinado a usuários e administradores para uso adequado dos serviços contratados.
--------------------------------	------------	---



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

	<p>c. Baixo impacto/planejado.</p> <p>d. Até 2 dias úteis para resposta.</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <p>f. Este item é essencial para garantir a continuidade operacional diária, absorvendo demandas recorrentes e de baixa complexidade, evitando que incidentes simples evoluam para indisponibilidades maiores.</p> <p>g. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas de rotina;</li> <li>• Ausência de impacto crítico nos serviços;</li> <li>• Não há risco imediato à integridade dos dados.</li> </ul>
<b>02. ITEM 02- “S2”</b>	<p>a. Suporte remoto de 2º nível, com diagnóstico de falhas funcionais, correções de configuração, manutenção programada e ajustes de ambiente.</p> <p>b. Atendimento a incidentes que impactam parcialmente serviços ou recursos.</p> <p>c. Impacto moderado</p> <p>d. Até 8h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessário para restaurar rapidamente funcionalidades degradadas e garantir níveis aceitáveis de serviço, evitando impacto prolongado aos sistemas institucionais.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Perda parcial de funcionalidade;</li> <li>•Não há perda iminente de dados;</li> <li>•Necessidade de ação técnica emergencial moderada.</li> </ul>
<b>03. ITEM 03- “S3”</b>	<p>a. Suporte remoto avançado para diagnóstico aprofundado de falhas complexas, ajustes avançados de configuração e intervenção em serviços críticos.</p> <p>b. Atuação em incidentes que afetam significativamente processos de negócio.</p> <p>c. Impacto alto</p> <p>d. Até 4h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Garante capacidade de resposta a falhas que impactam diretamente os sistemas finalísticos, reduzindo riscos de paralisação institucional.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Processos do negócio significativamente afetados;</li> <li>•Risco potencial à integridade dos dados;</li> <li>•Necessidade de solução técnica imediata.</li> </ul>
<b>04. ITEM 04- “S4”</b>	<p>a. Suporte remoto especializado com foco reativo, envolvendo diagnóstico de problemas críticos de software, desempenho, arquitetura ou segurança.</p> <p>b. Intervenção em situações de alta criticidade.</p> <p>c. Indisponibilidade total.</p> <p>d. Até 1h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Indispensável para cenários de crise, falhas graves ou incidentes de segurança, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Serviços essenciais indisponíveis;</li> <li>•Ausência de solução alternativa;</li> <li>•Impacto severo no negócio;</li> <li>•Necessidade de configuração ou correção especializada.</li> </ul>
<b>05. ITEM 05- “C1”</b>	<p>a. Consultoria com foco preventivo, abrangendo revisão de capacidade, desempenho, segurança, atualizações e análise de vulnerabilidades.</p> <p>b. Apoio à melhoria contínua do ambiente computacional.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Essencial para antecipar riscos, planejar crescimento e evitar subdimensionamento ao longo do contrato.</li> </ul>
<b>06. ITEM 06- “C2”</b>	<p>a. Consultoria para implementação de novas tecnologias, migrações complexas, projetos de infraestrutura, treinamento e documentação.</p> <p>b. Apoio à evolução arquitetural do ambiente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p>





**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Permite adaptação tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência e garantindo aderência às melhores práticas.</li></ul>
<b>07. ITEM 07- “NV1”</b>	<p>a. Recomenda-se ser ofertada solução de servidor compatível com os sistemas operacionais Windows Server Datacenter e Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit), à escolha do contratante, contemplando, no mínimo, os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</li><li>• 50 vCPUs;</li><li>• 200 GB de memória RAM;</li><li>• 10 TB de espaço em disco SSD;</li><li>• 10 IPs válidos</li><li>• Proteção antivírus ativa;</li><li>• Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida.</li><li>• Link dedicado mínimo 100 Mbps.</li><li>• Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação</li><li>• Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores</li><li>• JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação</li><li>• LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade</li><li>• KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</li></ul> <p>b. A solução necessita garantir desempenho, segurança e compatibilidade plena com o sistema operacional selecionado.</p> <p>c. Recomenda-se estar protegido por cluster de virtualização com recursos de migração habilitados ou outra tecnologia resiliente.</p> <p>d. Recursos devem estar disponíveis para criação/execução de VMs conforme demanda da CONTRATANTE, respeitando os limites agregados contratados;</p> <p>e. Disponibilizar acesso de gerenciamento (portal/painel) ou interface equivalente;</p> <p>f. VLANs devem permitir segmentação e isolamento lógico;</p> <p>g. Endereçamento IP deve ser público e roteável, com documentação;</p> <p>h. Snapshots e backups devem permitir restauração sob fluxo acordado.</p> <p>i. A análise técnica aponta como requisito relevante que a CONTRATADA possa fornecer, licenciar, instalar, configurar e manter as seguintes soluções de software, ou equivalentes técnicos devidamente comprovados.</p> <p>j. Recomenda-se que as soluções equivalentes possam comprovar, por documentação técnica do fabricante ou testes de homologação, atendimento às mesmas funcionalidades, níveis de desempenho, segurança, compatibilidade e suporte exigidos para o ambiente.</p> <p>k. A infraestrutura NV1 compreende exclusivamente os recursos computacionais e de rede internos ao ambiente do provedor de nuvem.</p> <p>l. Com base nos dados do ambiente atual e nas diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para o dimensionamento do Item NV1 (Ambiente Base de Computação em Nuvem) fundamenta-se na consolidação de serviços, na superação da exaustão tecnológica e na previsão de crescimento institucional.</p> <p>m. Abaixo, detalho a análise técnica comparativa e a fundamentação para os recursos solicitados:</p> <p>n. Memória RAM (De 87 GB para 200 GB)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Análise do Atual: A soma da memória utilizada pelos serviços listados (itens 1 a 5, 7 e 8) totaliza 87 GB de RAM.</li><li>• Justificativa do Salto: O ETP registra que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, impossibilitando melhorias.</li></ul> <p>o. Fundamentação: O incremento para 200 GB (aproximadamente 84% de reserva) justifica-se pela necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Atender aos itens 06 (Homologação) e 09 (Aplicativo Visita Segura), que atualmente não possuem recursos alocados ou mensurados na tabela.</li><li>• Garantir a escalabilidade e flexibilidade para cargas operacionais futuras e evitar subdimensionamento, conforme as boas práticas de governança.</li><li>• Suportar a consolidação de aplicações anteriormente dispersas em um único ambiente lógico de gestão integrada.</li></ul>



## CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL

#### LICITAÇÕES E CONTRATOS

	<p>p. Processamento - vCPU (De 34 Cores para 50 vCPUs)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•Análise do Atual: A infraestrutura atual utiliza um total de 34 cores de processamento.</li><li>•Justificativa: O dimensionamento de 50 vCPUs no ambiente NV1 representa um crescimento moderado e conservador (cerca de 17,6%).</li><li>•Fundamentação: Este aumento visa prover um desempenho adequado e previsível para sistemas de missão crítica, como o ERP e o Banco de Dados, garantindo que picos de utilização não gerem indisponibilidade. A centralização em nuvem exige uma margem para a camada de virtualização e suporte a múltiplos sistemas operacionais (Windows e Linux) simultâneos.</li></ul> <p>q. Armazenamento SSD (De 5TB para 10 TB)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•Análise do Atual: O ambiente atualmente totaliza aproximadamente 5.000 GB (≈5 TB) de armazenamento, distribuídos entre diferentes tecnologias e finalidades. Esse volume contempla o ambiente de produção, ambiente de homologação, repositórios de armazenamento e demandas relacionadas a futuras melhorias e evoluções do sistema.</li><li>•Justificativa do Salto: O ETP estabelece a necessidade de 10.000 GB (10 TB) em SSD, considerando não apenas o crescimento natural do ambiente, mas também a modernização da infraestrutura, ganhos de desempenho e a implementação de novas soluções e inovações previstas para o sistema. A ampliação garante maior capacidade, escalabilidade, performance e suporte às futuras demandas operacionais e estratégicas.</li><li>•Fundamentação:</li><li>•Desempenho: A migração de discos possivelmente mecânicos ou híbridos para SSD full é essencial para aplicações com alta demanda de I/O, como o Banco de Dados (Item 3 da tabela) e sistemas críticos.</li><li>•Segurança e Backup: A nova solução deve comportar o repositório de arquivos e o backup gerenciado com 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa) por mês. O armazenamento deve cobrir não apenas os dados vivos, mas a política de versionamento e integridade exigida para a continuidade do negócio.</li><li>•Esgotamento: O documento aponta que não é mais viável expandir o armazenamento atual, o que justifica a margem para o crescimento do volume de dados institucionais e arquivos digitais.</li></ul> <p>r. Conectividade e Segurança Integrada</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•Link e Firewall: Embora o sistema atual não detalhe o link, o NV1 exige um link dedicado mínimo de 100 Mbps e proteção antivírus ativa.</li><li>•Justificativa: Isso garante a conectividade estável e segura para o tráfego IP entre o Data Center e os usuários do Conselho, suportando o acesso ao ERP e Portais de forma ininterrupta.</li></ul> <p>s. Conclusão Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•O dimensionamento proposto para o Item NV1 (50 vCPUs, 200 GB RAM, 10 TB SSD) não é apenas uma reposição do parque atual, mas uma atualização estratégica para garantir a continuidade operacional e a resiliência contra falhas graves.</li></ul>
08. ITEM 08- “NV2”	<p>a. Acréscimo unitário de memória RAM para máquinas virtuais.</p> <p>b. Expansões sob demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•Essencial para absorver crescimento de carga, novos sistemas e aumento de usuários ao longo dos anos.</li></ul>
09. ITEM 09- “NV3”	<p>a. Acréscimo unitário de capacidade de processamento (vCPU).</p> <p>b. Expansão dinâmica conforme demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•Permite adequação de desempenho sem interrupções, garantindo estabilidade dos serviços.</li></ul>
10. ITEM 10- “NV4”	<p>a. Fornecimento de armazenamento em SSD para aplicações de alto desempenho.</p> <p>b. Expansível e resiliente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>•A contratação de armazenamento adicional em SSD, sob demanda e em blocos de 1 TB, é estratégica para assegurar <b>alto desempenho, disponibilidade e segurança</b> aos ambientes que suportam bancos de dados, aplicações críticas e sistemas com elevada demanda de I/O.</li><li>•O uso de tecnologia SSD garante maior velocidade de leitura e gravação, reduz latência e evita gargalos operacionais que podem comprometer a experiência do usuário e a continuidade dos serviços. Além disso, a modalidade sob demanda proporciona <b>elasticidade e escalabilidade</b>, permitindo expansão conforme o crescimento do volume de dados, sem necessidade de investimentos</li></ul>



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

	<p>antecipados em capacidade ociosa.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A solução também contribui para:<ol style="list-style-type: none"><li>1. <b>Mitigação de riscos de indisponibilidade</b>, ao suportar políticas de redundância e alta disponibilidade;</li><li>2. <b>Proteção e integridade das informações</b>, com suporte a estratégias de backup e recuperação de desastres;</li><li>3. <b>Otimização de custos</b>, ao possibilitar a segregação entre dados críticos, históricos e backups, direcionando cada tipo de informação ao nível de desempenho adequado;</li><li>4. <b>Suporte a iniciativas de inovação</b>, incluindo a ampliação da capacidade para gravação de reuniões, armazenamento de mídias digitais e novas funcionalidades previstas para evolução dos sistemas.</li></ol></li><li>• A previsão de até 40 blocos mensais (480 anuais) assegura capacidade suficiente para atender ao crescimento projetado, às melhorias tecnológicas planejadas e às demandas futuras, mantendo a eficiência operacional e a sustentabilidade da infraestrutura em nuvem.</li></ul>
<b>11. ITEM 11- “NV5”</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>a. Locação de endereços IP públicos dedicados.</li><li>b. Uso contínuo em ambiente de nuvem.</li><li>c. Justificativa Técnica</li></ol> <ul style="list-style-type: none"><li>•Necessário para publicação de sistemas, serviços web, VPNs e integrações externas.</li></ul>
<b>12. ITEM 12- “NV6”</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>a. Backup diário gerenciado com RPO máximo de 4 horas para sistemas críticos e RTO máximo de 4 horas; testes de restauração semestrais com relatório de conformidade, incluindo políticas de retenção, versionamento, armazenamento seguro e suporte à restauração de dados e sistemas.<ul style="list-style-type: none"><li>•Backup gerenciado com retenção mínima de 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa).</li><li>•Monitoramento de falhas de backup e alertas;</li><li>•Restauração sob solicitação;</li><li>•Snapshots: até 15 por VM/mês.</li></ul></li><li>b. Justificativa Técnica<ul style="list-style-type: none"><li>•Essencial para proteção contra perda de dados, falhas operacionais, incidentes de segurança e ataques cibernéticos, atendendo princípios de continuidade de negócios e boas práticas de governança de TI.</li></ul></li></ol>
<b>13. ITEM 13- “CS1”</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>a. Fornecimento de serviço de firewall de próxima geração (NGFW + SIEM), em formato virtual ou físico, incluindo licenciamento, atualizações e funcionalidades avançadas de segurança.</li><li>b. Firewall stateful; políticas; inspeção; logs; suporte IPv4/IPv6; VPN; segmentação e regras por serviços</li><li>c. Justificativa Técnica<ul style="list-style-type: none"><li>•Necessário para proteção perimetral do ambiente, controle de tráfego, prevenção contra ameaças, ataques e acessos não autorizados, alinhado às boas práticas de segurança da informação.</li></ul></li></ol>
<b>14. ITEM 14- “CS2”</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>a. Serviço de proteção corporativa de endpoints, destinado às estações de trabalho e eventuais servidores que realizem acesso administrativo, operacional ou remoto ao ambiente de computação em nuvem contratado, incluindo funcionalidades de antivírus, antimalware, proteção contra ransomware e gerenciamento centralizado.</li><li>b. Deverá contemplar console de gestão centralizada, atualização automática de assinaturas e mecanismos de proteção, geração de relatórios gerenciais e aplicação de políticas de segurança conforme a solução ofertada.</li><li>c. Justificativa Técnica<ul style="list-style-type: none"><li>•A solução de proteção de endpoints integra a estratégia de segurança em camadas (defense in depth) do ambiente de computação em nuvem, considerando que as estações de trabalho da Autarquia constituem pontos de acesso e administração dos recursos hospedados. A proteção adequada desses dispositivos reduz o risco de comprometimento de credenciais, propagação de malware e incidentes que possam impactar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados institucionais. Trata-se, portanto, de medida complementar essencial à segurança do ambiente cloud contratado, não configurando contratação autônoma de solução de segurança corporativa desvinculada do objeto principal.</li></ul></li></ol>
<b>15. ITEM 15- “PL1”</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>a. Serviços técnicos complementares vinculados exclusivamente ao ambiente de computação em nuvem contratado, destinados à operação, segurança, desempenho, monitoramento e compatibilidade técnica da infraestrutura provisionada. Poderão incluir a ativação de módulos ou ferramentas de monitoramento, observabilidade e análise de logs e métricas, desde que utilizados</li></ol>



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

	<p>exclusivamente para a gestão da infraestrutura cloud contratada e compatíveis com a arquitetura da solução ofertada. É vedada a utilização deste item para inclusão de novos sistemas corporativos, desenvolvimento de software ou ampliação do escopo originalmente contratado.</p> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A previsão de serviços técnicos complementares visa assegurar flexibilidade operacional e capacidade de adequação contínua do ambiente de computação em nuvem às necessidades institucionais, especialmente quanto a requisitos de segurança, desempenho, atualização tecnológica e estabilidade operacional.</li></ul>
<b>16. ITEM 16- "MIG1"</b>	<p>a. Serviços especializados para implantação total de ambientes computacionais, compreendendo migração, instalação e configuração de recursos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação.</p> <p>b. Migração entre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• ambientes on-premises, VPS, nuvem privada, nuvem pública ou híbrida;</li><li>• diferentes fornecedores de infraestrutura;</li><li>• diferentes tecnologias de virtualização;</li><li>• diferentes versões de sistemas operacionais, plataformas ou aplicações.</li></ul> <p>c. Elaboração e execução de plano de migração, contendo análise de riscos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• inventário detalhado dos ativos a serem migrados;</li><li>• análise de riscos técnicos e operacionais;</li><li>• definição de janelas de migração;</li><li>• definição de estratégia de rollback em caso de falha;</li><li>• validação técnica pré e pós-migração.</li></ul> <p>d. Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados durante todo o processo.</p> <p>e. Instalação e configuração do ambiente. Após o provisionamento da infraestrutura, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do ambiente computacional, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• criação e configuração de máquinas virtuais;</li><li>• configuração de armazenamento em nuvem;</li><li>• configuração de redes virtuais, sub-redes e endereçamento IP;</li><li>• configuração de firewall e políticas de segurança de rede;</li><li>• configuração de acesso remoto seguro;</li><li>• instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicações necessárias;</li><li>• configuração de rotinas de backup e recuperação de dados;</li><li>• configuração de monitoramento da infraestrutura e serviços.</li></ul> <p>f. Ao final da implantação, deverão ser realizados testes e validações, contemplando no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• painel de gerenciamento da infraestrutura acessível e credenciais administrativas entregues à contratante;</li><li>• domínios e DNS devidamente configurados e válidos;</li><li>• serviços web e aplicações respondendo adequadamente;</li><li>• rotinas de backup configuradas e testes de restauração realizados;</li><li>• firewall de próxima geração (NGFW) configurado com regras e geração de logs;</li><li>• plugins, serviços e componentes instalados e operacionais;</li><li>• conectividade e acesso remoto testados;</li><li>• validação do funcionamento das máquinas virtuais e recursos provisionados.</li></ul> <p>g. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A implantação e migração de ambientes computacionais constitui atividade crítica e estratégica, com impacto direto na continuidade dos serviços institucionais, segurança da informação e integridade dos dados. A adoção de serviços especializados para execução dessas atividades garante:</li></ul> <ol style="list-style-type: none"><li>1. planejamento adequado da migração;</li><li>2. redução de riscos operacionais;</li><li>3. preservação da integridade dos dados;</li><li>4. continuidade dos serviços institucionais;</li><li>5. implantação segura e estruturada do ambiente em nuvem</li></ol>



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital de Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A contratação vigorará por 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

público, observadas as abrangências de aplicação em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

**5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total do fornecimento e dos serviços indicados no item 1.1 corresponde a **R\$XXXXXX**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;





## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO
  - 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.9.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
  - 8.9.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
  - 8.9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
  - 8.9.9. A Administração terá o prazo de 10 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
  - 8.9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 dias úteis;
  - 8.9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
  - 8.9.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **LICITAÇÕES E CONTRATOS**

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços contábeis nos quais se verificarem vícios, erros, omissões ou incorreções decorrentes da execução inadequada ou de falhas técnicas, de modo a garantir a plena conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.





## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;



## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



## **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

### **8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**

#### **LICITAÇÕES E CONTRATOS**

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 2025/2027



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- II. Fonte de Recursos: Próprio
- III. Programa de Trabalho: xxxxxxxxxxxxxxxx
- IV. Elemento de Despesa: xxxxxx
- V. Rubrica: XXXXXXXXXXXX
- VI. Nota de Empenho:XXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 A contratada assinará o Termo de Adesão ao Compromisso de Observância ao Código de Conduta, conforme Portaria do CRECI/DF nº 64 de 28 de maio de 2019.

18.2. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira, conforme indicado a seguir:

18.2.1. Entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do Contrato à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso a Contratada não cumpra a exigência ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte do Setor Competente, a Contratante, inteiramente a sua discrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ela.

18.2.2. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Contratada, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, o Setor Competente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis poderá declarar a Contratada e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporariamente, para participar de futuras licitações ou contratos.

18.2.3. Detectada a conduta indevida, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis comunicará os fatos verificados aos órgãos competentes para as providências devida

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DO FORO**

19.1. Para dirimir questões deste contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

19.2. E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em via única e assinado eletronicamente pelas partes e seu extrato será publicado no Diário Oficial da União.

Brasília, XX de janeiro de 2026.



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Solon Amaral de Souza  
Presidente  
CRECI/DF

Carlos Magno dos Santos  
Diretor Tesoureiro  
CRECI/DF

Representante a Contratada  
Cargo  
CPF



## PAPEL TIMBRADO E NOME DA EMPRESA

## ANEXO IV

## MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO nº XXXX/2026

PROPOSTA COMERCIAL Nº XXX

Ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis- CRECI/DF 8ª Região.

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL			
CARGO/FUNÇÃO			

## DISCRIMINAÇÃO:

Apresentamos ao PREGOEIRO nossa proposta que tem por objeto o registro de preço para contratação de serviços continuados de computação segura em nuvem privada, destinados a prover suporte tecnológico adequado aos sistemas institucionais, serviços administrativos, plataformas corporativas e à operação tecnológica do CRECI-DF, assegurando disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e detalhadas no termo de referência.

LOTE ÚNICO									
Item	Catser	Categoria	Descrição	Consumo	QTD mês	QTD anual	Valor unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor total (R\$)
SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA									
1	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível básico (Por Hora)	SOB DEMANDA	5	60			
2	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – nível intermediário (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
3	27081	Suporte	Suporte técnico	SOB	2	24			

			remoto – nível avançado (Por hora)	DEMANDA					
4	27081	Suporte	Suporte técnico remoto – especialista (Por hora)	SOB DEMANDA	2	24			
5	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo restrito (1h)	SOB DEMANDA	2	24			
6	27081	Consultoria	Consultoria técnica especializada – escopo ampliado (1h)	SOB DEMANDA	2	24			
<b>INFRAESTRUTURA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM</b>									
7	27081	Computação em Nuvem	<p>Ambiente base de computação em nuvem para hospedagem de servidores virtuais</p> <p>01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</p> <p>50 vCPUs;</p> <p>200 GB de memória RAM;</p> <p>10 TB de espaço em disco SSD;</p> <p>10 IPs válidos;</p> <p>Proteção antivírus ativa;</p> <p>Serviço de</p>	MENSAL	1	12			

			<p>backup diário incluso, com política de retenção definida;</p> <p>Link dedicado mínimo 100 Mbps.</p> <p>Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida;</p> <p>Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação;</p> <p>Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores;</p> <p>JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação;</p> <p>LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade;</p> <p>KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</p>						
8	27081	Computação	Memória RAM	SOB	200	2.400			

		em Nuvem	adicional para máquinas virtuais (GB/mês)	DEMANDA					
<b>9</b>	27081	Computação em Nuvem	vCPU adicional para máquinas virtuais (vCPU/mês)	SOB DEMANDA	50	600			
<b>10</b>	27081	Computação em Nuvem	Armazenamento adicional em SSD (blocos de 1 TB) / Mensal	SOB DEMANDA	40	480			
<b>11</b>	27081	Computação em Nuvem	Locação de endereço IP público dedicado / Mensal	SOB DEMANDA	10	120			
<b>12</b>	27081	Computação em Nuvem	Serviço de backup diário gerenciado em nuvem (inclui retenção e versionamento)	MENSAL	1	12			
<b>LICENCIAMENTO, PAINEL E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>									
<b>13</b>	27081	Cibersegurança	Serviço de NGFW (virtual ou físico), com licenciamento	MENSAL	1	12			
<b>14</b>	27081	Cibersegurança	Proteção Endpoint corporativa	SOB DEMANDA	50	600			
		Painel de controle com suporte a	Contratação de plugins, módulos, ferramentas e melhorias técnicas para monitoramento, otimização, segurança e gestão do ambiente VPS e aplicações web,		1	12			

15	27081	múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação e Plugins (cPanel/WHM ou equivalente) + plugins	incluindo monitoramento em tempo real de armazenamento, desempenho, disponibilidade e uso de recursos, baseados em Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação.	SOB DEMANDA					
IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO									
16	27081	Implantação da Solução (Migração, Instalação e Configuração)	Serviços especializados de implantação de ambiente de computação em nuvem, compreendendo migração, instalação e configuração de ambientes computacionais, incluindo servidores físicos ou virtuais, máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações, sistemas corporativos, sites e serviços correlatos, entre infraestruturas, VPS, nuvem privada, pública ou híbrida, contemplando	PAGAMENTO ÚNICO	1	1			

			as etapas de planejamento da migração, provisionamento da infraestrutura, configuração do ambiente, execução assistida, testes de funcionamento, validação dos serviços e garantia da integridade e disponibilidade dos dados e sistemas durante todo o processo de implantação.						
<b>Valor total:</b>									

<b>01. ITEM 01- “S1”</b>	<p>a. Suporte remoto de 1º nível, compreendendo consultas assistidas, orientações técnicas, manutenções de rotina, ajustes simples, configurações programadas e esclarecimento de dúvidas operacionais.</p> <p>b. Atendimento destinado a usuários e administradores para uso adequado dos serviços contratados.</p> <p>c. Baixo impacto/planejado.</p> <p>d. Até 2 dias úteis para resposta.</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <p>f. Este item é essencial para garantir a continuidade operacional diária, absorvendo demandas recorrentes e de baixa complexidade, evitando que incidentes simples evoluam para indisponibilidades maiores.</p> <p>g. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas de rotina;</li> <li>• Ausência de impacto crítico nos serviços;</li> <li>• Não há risco imediato à integridade dos dados.</li> </ul>
<b>02. ITEM 02- “S2”</b>	<p>a. Suporte remoto de 2º nível, com diagnóstico de falhas funcionais, correções de configuração, manutenção programada e ajustes de ambiente.</p> <p>b. Atendimento a incidentes que impactam parcialmente serviços ou recursos.</p> <p>c. Impacto moderado</p> <p>d. Até 8h para resposta</p> <p>e. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Necessário para restaurar rapidamente funcionalidades degradadas e garantir níveis aceitáveis de serviço, evitando impacto prolongado aos sistemas institucionais.</li> </ul> <p>f. Critérios de Elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Perda parcial de funcionalidade;</li> <li>•Não há perda iminente de dados;</li> <li>•Necessidade de ação técnica emergencial moderada.</li> </ul>
<b>03. ITEM 03- “S3”</b>	<p>a. Suporte remoto avançado para diagnóstico aprofundado de falhas complexas, ajustes avançados de configuração e intervenção em serviços críticos.</p> <p>b. Atuação em incidentes que afetam significativamente processos de negócio.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>c. Impacto alto</li> <li>d. Até 4h para resposta</li> <li>e. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Garante capacidade de resposta a falhas que impactam diretamente os sistemas finalísticos, reduzindo riscos de paralisação institucional.</li> </ul> </li> <li>f. Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Processos do negócio significativamente afetados;</li> <li>•Risco potencial à integridade dos dados;</li> <li>•Necessidade de solução técnica imediata.</li> </ul> </li> </ul>
<b>04. ITEM 04- “S4”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Suporte remoto especializado com foco reativo, envolvendo diagnóstico de problemas críticos de software, desempenho, arquitetura ou segurança.</li> <li>b. Intervenção em situações de alta criticidade.</li> <li>c. Indisponibilidade total.</li> <li>d. Até 1h para resposta</li> <li>e. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Indispensável para cenários de crise, falhas graves ou incidentes de segurança, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.</li> </ul> </li> <li>f. Critérios de Elegibilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>•Serviços essenciais indisponíveis;</li> <li>•Ausência de solução alternativa;</li> <li>•Impacto severo no negócio;</li> <li>•Necessidade de configuração ou correção especializada.</li> </ul> </li> </ul>
<b>05. ITEM 05- “C1”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Consultoria com foco preventivo, abrangendo revisão de capacidade, desempenho, segurança, atualizações e análise de vulnerabilidades.</li> <li>b. Apoio à melhoria contínua do ambiente computacional.</li> <li>c. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Essencial para antecipar riscos, planejar crescimento e evitar subdimensionamento ao longo do contrato.</li> </ul> </li> </ul>
<b>06. ITEM 06- “C2”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Consultoria para implementação de novas tecnologias, migrações complexas, projetos de infraestrutura, treinamento e documentação.</li> <li>b. Apoio à evolução arquitetural do ambiente.</li> <li>c. Justificativa Técnica <ul style="list-style-type: none"> <li>•Permite adaptação tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência e garantindo aderência às melhores práticas.</li> </ul> </li> </ul>
<b>07. ITEM 07- “NV1”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Recomenda-se ser ofertada solução de servidor compatível com os sistemas operacionais Windows Server Datacenter e Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit), à escolha do contratante, contemplando, no mínimo, os seguintes recursos: <ul style="list-style-type: none"> <li>•01 (uma) licença Windows Server Datacenter, quando aplicável, ou instalação do Linux Debian GNU/Linux 11 (64-bit);</li> <li>•50 vCPUs;</li> <li>•200 GB de memória RAM;</li> <li>•10 TB de espaço em disco SSD;</li> <li>•10 IPs válidos</li> <li>•Proteção antivírus ativa;</li> <li>•Serviço de backup diário incluso, com política de retenção definida.</li> <li>•Link dedicado mínimo 100 Mbps.</li> <li>•Painel de controle com suporte a múltiplas contas, gestão de DNS e APIs de automação</li> <li>•Imunify360 ou solução equivalente de segurança para servidores</li> <li>•JetBackup ou solução equivalente de backup e recuperação</li> <li>•LiteSpeed ou servidor web equivalente em desempenho e compatibilidade</li> <li>•KernelCare ou solução equivalente de atualização de kernel sem reboot</li> </ul> </li> <li>b. A solução necessita garantir desempenho, segurança e compatibilidade plena com o sistema operacional selecionado.</li> <li>c. Recomenda-se estar protegido por cluster de virtualização com recursos de migração habilitados ou outra tecnologia resiliente.</li> <li>d. Recursos devem estar disponíveis para criação/execução de VMs conforme demanda da CONTRATANTE, respeitando os limites agregados contratados;</li> <li>e. Disponibilizar acesso de gerenciamento (portal/painel) ou interface equivalente;</li> <li>f. VLANs devem permitir segmentação e isolamento lógico;</li> <li>g. Endereçamento IP deve ser público e roteável, com documentação;</li> <li>h. Snapshots e backups devem permitir restauração sob fluxo acordado.</li> <li>i. A análise técnica aponta como requisito relevante que a CONTRATADA possa forne-</li> </ul>

cer, licenciar, instalar, configurar e manter as seguintes soluções de software, ou equivalentes técnicos devidamente comprovados.

j. Recomenda-se que as soluções equivalentes possam comprovar, por documentação técnica do fabricante ou testes de homologação, atendimento às mesmas funcionalidades, níveis de desempenho, segurança, compatibilidade e suporte exigidos para o ambiente.

k. A infraestrutura NV1 compreende exclusivamente os recursos computacionais e de rede internos ao ambiente do provedor de nuvem.

l. Com base nos dados do ambiente atual e nas diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para o dimensionamento do Item NV1 (Ambiente Base de Computação em Nuvem) fundamenta-se na consolidação de serviços, na superação da exaustão tecnológica e na previsão de crescimento institucional.

m. Abaixo, detalho a análise técnica comparativa e a fundamentação para os recursos solicitados:

n. Memória RAM (De 87 GB para 200 GB)

- Análise do Atual: A soma da memória utilizada pelos serviços listados (itens 1 a 5, 7 e 8) totaliza 87 GB de RAM.

- Justificativa do Salto: O ETP registra que o ambiente atual se encontra em estágio de esgotamento de capacidade, impossibilitando melhorias.

o. Fundamentação: O incremento para 200 GB (aproximadamente 84% de reserva) justifica-se pela necessidade de:

- Atender aos itens 06 (Homologação) e 09 (Aplicativo Visita Segura), que atualmente não possuem recursos alocados ou mensurados na tabela.

- Garantir a escalabilidade e flexibilidade para cargas operacionais futuras e evitar subdimensionamento, conforme as boas práticas de governança.

- Suportar a consolidação de aplicações anteriormente dispersas em um único ambiente lógico de gestão integrada.

p. Processamento - vCPU (De 34 Cores para 50 vCPUs)

- Análise do Atual: A infraestrutura atual utiliza um total de 34 cores de processamento.

- Justificativa: O dimensionamento de 50 vCPUs no ambiente NV1 representa um crescimento moderado e conservador (cerca de 17,6%).

- Fundamentação: Este aumento visa prover um desempenho adequado e previsível para sistemas de missão crítica, como o ERP e o Banco de Dados, garantindo que picos de utilização não gerem indisponibilidade. A centralização em nuvem exige uma margem para a camada de virtualização e suporte a múltiplos sistemas operacionais (Windows e Linux) simultâneos.

q. Armazenamento SSD (De 5TB para 10 TB)

- Análise do Atual: O ambiente atualmente totaliza aproximadamente 5.000 GB (≈5 TB) de armazenamento, distribuídos entre diferentes tecnologias e finalidades. Esse volume contempla o ambiente de produção, ambiente de homologação, repositórios de armazenamento e demandas relacionadas a futuras melhorias e evoluções do sistema.

- Justificativa do Salto: O ETP estabelece a necessidade de 10.000 GB (10 TB) em SSD, considerando não apenas o crescimento natural do ambiente, mas também a modernização da infraestrutura, ganhos de desempenho e a implementação de novas soluções e inovações previstas para o sistema. A ampliação garante maior capacidade, escalabilidade, performance e suporte às futuras demandas operacionais e estratégicas.

- Fundamentação:

- Desempenho: A migração de discos possivelmente mecânicos ou híbridos para SSD full é essencial para aplicações com alta demanda de I/O, como o Banco de Dados (Item 3 da tabela) e sistemas críticos.

- Segurança e Backup: A nova solução deve comportar o repositório de arquivos e o backup gerenciado com 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa) por mês. O armazenamento deve cobrir não apenas os dados vivos, mas a política de versionamento e integridade exigida para a continuidade do negócio.

- Esgotamento: O documento aponta que não é mais viável expandir o armazenamento atual, o que justifica a margem para o crescimento do volume de dados institucionais e arquivos digitais.

r. Conectividade e Segurança Integrada

- Link e Firewall: Embora o sistema atual não detalhe o link, o NV1 exige um link dedicado mínimo de 100 Mbps e proteção antivírus ativa.

- Justificativa: Isso garante a conectividade estável e segura para o tráfego IP entre o Data Center e os usuários do Conselho, suportando o acesso ao ERP e Portais de forma ininterrupta.



	<p>s. Conclusão Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O dimensionamento proposto para o Item NV1 (50 vCPUs, 200 GB RAM, 10 TB SSD) não é apenas uma reposição do parque atual, mas uma atualização estratégica para garantir a continuidade operacional e a resiliência contra falhas graves.</li> </ul>
08. ITEM 08- “NV2”	<p>a. Acréscimo unitário de memória RAM para máquinas virtuais.</p> <p>b. Expansões sob demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para absorver crescimento de carga, novos sistemas e aumento de usuários ao longo dos anos.</li> </ul>
09. ITEM 09- “NV3”	<p>a. Acréscimo unitário de capacidade de processamento (vCPU).</p> <p>b. Expansão dinâmica conforme demanda.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite adequação de desempenho sem interrupções, garantindo estabilidade dos serviços.</li> </ul>
10. ITEM 10- “NV4”	<p>a. Fornecimento de armazenamento em SSD para aplicações de alto desempenho.</p> <p>b. Expansível e resiliente.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratação de armazenamento adicional em SSD, sob demanda e em blocos de 1 TB, é estratégica para assegurar <b>alto desempenho, disponibilidade e segurança</b> aos ambientes que suportam bancos de dados, aplicações críticas e sistemas com elevada demanda de I/O.</li> <li>• O uso de tecnologia SSD garante maior velocidade de leitura e gravação, reduz latência e evita gargalos operacionais que podem comprometer a experiência do usuário e a continuidade dos serviços. Além disso, a modalidade sob demanda proporciona <b>elasticidade e escalabilidade</b>, permitindo expansão conforme o crescimento do volume de dados, sem necessidade de investimentos antecipados em capacidade ociosa.</li> <li>• A solução também contribui para: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Mitigação de riscos de indisponibilidade</b>, ao suportar políticas de redundância e alta disponibilidade;</li> <li>2. <b>Proteção e integridade das informações</b>, com suporte a estratégias de backup e recuperação de desastres;</li> <li>3. <b>Otimização de custos</b>, ao possibilitar a segregação entre dados críticos, históricos e backups, direcionando cada tipo de informação ao nível de desempenho adequado;</li> <li>4. <b>Suporte a iniciativas de inovação</b>, incluindo a ampliação da capacidade para gravação de reuniões, armazenamento de mídias digitais e novas funcionalidades previstas para evolução dos sistemas.</li> </ol> </li> <li>• A previsão de até 40 blocos mensais (480 anuais) assegura capacidade suficiente para atender ao crescimento projetado, às melhorias tecnológicas planejadas e às demandas futuras, mantendo a eficiência operacional e a sustentabilidade da infraestrutura em nuvem.</li> </ul>
11. ITEM 11- “NV5”	<p>a. Locação de endereços IP públicos dedicados.</p> <p>b. Uso contínuo em ambiente de nuvem.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessário para publicação de sistemas, serviços web, VPNs e integrações externas.</li> </ul>
12. ITEM 12- “NV6”	<p>a. Backup diário gerenciado com RPO máximo de 4 horas para sistemas críticos e RTO máximo de 4 horas; testes de restauração semestrais com relatório de conformidade, incluindo políticas de retenção, versionamento, armazenamento seguro e suporte à restauração de dados e sistemas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Backup gerenciado com retenção mínima de 15 versões por máquina virtual, com armazenamento segregado do ambiente produtivo e possibilidade de restauração granular (arquivo, base ou VM completa).</li> <li>• Monitoramento de falhas de backup e alertas;</li> <li>• Restauração sob solicitação;</li> <li>• Snapshots: até 15 por VM/mês.</li> </ul> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Essencial para proteção contra perda de dados, falhas operacionais, incidentes de segurança e ataques cibernéticos, atendendo princípios de continuidade de negócios e boas práticas de governança de TI.</li> </ul>
13. ITEM 13- “CS1”	<p>a. Fornecimento de serviço de firewall de próxima geração (NGFW + SIEM), em formato virtual ou físico, incluindo licenciamento, atualizações e funcionalidades avançadas de segurança.</p> <p>b. Firewall stateful; políticas; inspeção; logs; suporte IPv4/IPv6; VPN; segmentação e regras por serviços</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessário para proteção perimetral do ambiente, controle de tráfego, prevenção con-</li> </ul>

	tra ameaças, ataques e acessos não autorizados, alinhado às boas práticas de segurança da informação.
<b>14. ITEM 14- “CS2”</b>	<p>a. Serviço de proteção corporativa de endpoints, destinado às estações de trabalho e eventuais servidores que realizem acesso administrativo, operacional ou remoto ao ambiente de computação em nuvem contratado, incluindo funcionalidades de antivírus, antimalware, proteção contra ransomware e gerenciamento centralizado.</p> <p>b. Deverá contemplar console de gestão centralizada, atualização automática de assinaturas e mecanismos de proteção, geração de relatórios gerenciais e aplicação de políticas de segurança conforme a solução ofertada.</p> <p>c. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A solução de proteção de endpoints integra a estratégia de segurança em camadas (defense in depth) do ambiente de computação em nuvem, considerando que as estações de trabalho da Autarquia constituem pontos de acesso e administração dos recursos hospedados. A proteção adequada desses dispositivos reduz o risco de comprometimento de credenciais, propagação de malware e incidentes que possam impactar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados institucionais. Trata-se, portanto, de medida complementar essencial à segurança do ambiente cloud contratado, não configurando contratação autônoma de solução de segurança corporativa desvinculada do objeto principal.</li> </ul>
<b>15. ITEM 15- “PL1”</b>	<p>a. Serviços técnicos complementares vinculados exclusivamente ao ambiente de computação em nuvem contratado, destinados à operação, segurança, desempenho, monitoramento e compatibilidade técnica da infraestrutura provisionada. Poderão incluir a ativação de módulos ou ferramentas de monitoramento, observabilidade e análise de logs e métricas, desde que utilizados exclusivamente para a gestão da infraestrutura cloud contratada e compatíveis com a arquitetura da solução ofertada. É vedada a utilização deste item para inclusão de novos sistemas corporativos, desenvolvimento de software ou ampliação do escopo originalmente contratado.</p> <p>b. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A previsão de serviços técnicos complementares visa assegurar flexibilidade operacional e capacidade de adequação contínua do ambiente de computação em nuvem às necessidades institucionais, especialmente quanto a requisitos de segurança, desempenho, atualização tecnológica e estabilidade operacional.</li> </ul>
<b>16. ITEM 16- “MIG1”</b>	<p>a. Serviços especializados para implantação total de ambientes computacionais, compreendendo migração, instalação e configuração de recursos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação.</p> <p>b. Migração entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ambientes on-premises, VPS, nuvem privada, nuvem pública ou híbrida;</li> <li>• diferentes fornecedores de infraestrutura;</li> <li>• diferentes tecnologias de virtualização;</li> <li>• diferentes versões de sistemas operacionais, plataformas ou aplicações.</li> </ul> <p>c. Elaboração e execução de plano de migração, contendo análise de riscos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• inventário detalhado dos ativos a serem migrados;</li> <li>• análise de riscos técnicos e operacionais;</li> <li>• definição de janelas de migração;</li> <li>• definição de estratégia de rollback em caso de falha;</li> <li>• validação técnica pré e pós-migração.</li> </ul> <p>d. Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados durante todo o processo.</p> <p>e. Instalação e configuração do ambiente. Após o provisionamento da infraestrutura, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do ambiente computacional, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• criação e configuração de máquinas virtuais;</li> <li>• configuração de armazenamento em nuvem;</li> <li>• configuração de redes virtuais, sub-redes e endereçamento IP;</li> <li>• configuração de firewall e políticas de segurança de rede;</li> <li>• configuração de acesso remoto seguro;</li> <li>• instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicações necessárias;</li> <li>• configuração de rotinas de backup e recuperação de dados;</li> <li>• configuração de monitoramento da infraestrutura e serviços.</li> </ul> <p>f. Ao final da implantação, deverão ser realizados testes e validações, contemplando no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• painel de gerenciamento da infraestrutura acessível e credenciais administrativas entregues à contratante;</li> <li>• domínios e DNS devidamente configurados e válidos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• serviços web e aplicações respondendo adequadamente;</li> <li>• rotinas de backup configuradas e testes de restauração realizados;</li> <li>• firewall de próxima geração (NGFW) configurado com regras e geração de logs;</li> <li>• plugins, serviços e componentes instalados e operacionais;</li> <li>• conectividade e acesso remoto testados;</li> <li>• validação do funcionamento das máquinas virtuais e recursos provisionados.</li> </ul> <p>g. Justificativa Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A implantação e migração de ambientes computacionais constitui atividade crítica e estratégica, com impacto direto na continuidade dos serviços institucionais, segurança da informação e integridade dos dados. A adoção de serviços especializados para execução dessas atividades garante:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1. planejamento adequado da migração;</li> <li>2. redução de riscos operacionais;</li> <li>3. preservação da integridade dos dados;</li> <li>4. continuidade dos serviços institucionais;</li> <li>5. implantação segura e estruturada do ambiente em nuvem</li> </ol> </li> </ul>
--	--

1. Nos valores acima elencados e para apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026 e seus Anexos.
2. O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
3. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta dias).

Dados bancários:
Agência nº
Conta corrente nº

## PRAZO DE EXECUÇÃO

A entrega e execução dos serviços ocorrerão nos termos do edital.

## TRIBUTAÇÃO

A empresa **é (não é)** optante pelo Simples Nacional. **(A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR SE É OU NÃO É OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL)**

A alíquota tributária obedece ao respectivo cálculo no mês vigente.

## DECLARAÇÕES

A empresa comprova aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A empresa tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

SUSTENTABILIDADE - de acordo com a Instrução Normativa no 01/2010, que trata da sustentabilidade e posteriores alterações, declara, que dispõe de critérios de sustentabilidade ambiental na execução de seus serviços, bem como a utilização de materiais recicláveis, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448;

ATENDIMENTO AO EDITAL - que os serviços ofertados atendem integralmente a todos os prazos e requisitos especificados neste Edital e seus anexos;

FATOS IMPEDITIVOS - que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

PROPOSTA INDEPENDENTE - que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.

MENOR - para fins do disposto inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei no. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos.

Local, \_\_\_\_de\_\_\_\_de 2026.

Nome e assinatura do responsável legal ou procurador



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**ANEXO V**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO -IMR**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado- IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, para avaliação da qualidade do serviço. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

- a) Não executar a entrega e serviços conforme o Termo de Referência;
- b) Executar os serviços com qualidade inferior à mínima exigida;
- c) Descumprir prazos, especificações técnicas ou normas aplicáveis.

**2. OBJETIVOS A ATINGIR**

- 2.1. Assegurar a disponibilidade, desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços digitais e sistemas institucionais do CRECI-DF:
  - 2.1.1. Garantir o suporte tecnológico adequado às plataformas corporativas e operações administrativas
  - 2.1.2. Realizar a migração e implantação da solução garantindo a integridade e disponibilidade dos dados;
  - 2.1.3. Com qualidade técnica adequada;
  - 2.1.4. Em conformidade com as normas técnicas e de segurança:

**3. FORMA DE AVALIAÇÃO**

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

3.2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**4. SANÇÕES**

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6. A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitada ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7. Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

**5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO**

5.1. Para tanto, serão seis indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. Cumprimento dos Prazos de Entrega e Instalação
2. Conformidade da Instalação com as Normas Técnicas
3. Qualidade dos Materiais e Equipamentos
4. Funcionamento e Testes dos Equipamentos
5. Correção de Não Conformidades

**6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS:**

6.1. O Fiscal Técnico do contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR 1	
Total de ocorrências:	
Data da ocorrência:	Descrição:



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<b>INDICADOR 2</b>	
<b>Total de ocorrências:</b>	
<b>Data da ocorrência:</b>	<b>Descrição:</b>
<b>INDICADOR 3</b>	
<b>Total de ocorrências:</b>	
<b>Data da ocorrência:</b>	<b>Descrição:</b>
<b>INDICADOR 4</b>	
<b>Total de ocorrências:</b>	
<b>Data da ocorrência:</b>	<b>Descrição:</b>
<b>INDICADOR 5</b>	
<b>Total de ocorrências:</b>	
<b>Data da ocorrência:</b>	<b>Descrição:</b>





**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<b>INDICADOR 6</b>	
<b>Total de ocorrências:</b>	
<b>Data da ocorrência:</b>	<b>Descrição:</b>
<b>NOTA FINAL</b>	
<b>PERÍODO DE AFERIÇÃO:</b>	
<b>PONTUAÇÃO FINAL:</b>	
<b>Observações:</b>	

**7. DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o Conselho Regional de Corretores de Imóveis- CRECI/DF 8ª Região e a empresa\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, e é parte integrante do contrato decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_.

7.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência visando garantias para o interesse público.

7.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Brasília DF,        de        de 2026.



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**  
**8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADA